

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 29 | Nº 276 | MARÇO E ABRIL DE 2024

EDUCAÇÃO

Os principais transtornos psicológicos presentes nas salas de aula p.08



ESPECIAL

Se, por um lado, as fábricas de cigarro usam os pequenos agricultores como argumento pela liberação dos cigarros eletrônicos, por outro, brigam na Justiça contra o direito de produtores colocarem preço nas folhas de fumo

p.14

Lobby da indústria do cigarro vai contra saúde pública e agricultores

Nesta edição:

ENTREVISTA

Dênis de Moraes analisa os 60 anos do golpe de 1964 e sua herança autoritária

p.04



MOVIMENTO

A dança de rua sai da periferia para virar modalidade na Olimpíada de Paris

p.22



EDITORIAL

Dos 60 anos do golpe ao lobby do tabaco

Nesta primeira edição de 2024, ano em que o Brasil não comemora, nem celebra em fins de março e 1º de abril (exceto em alguns quartéis) os 60 anos do golpe civil-militar de 1964, que resultou em 20 longos anos de ditadura, entrevistamos o autor de *A esquerda e o golpe de 1964*, Dênis de Moraes. O escritor, jornalista e professor Associado aposentado do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), nesta entrevista, além de falar sobre sua obra em reedição atualizada (“praticamente um novo livro”, diz o autor), estabelece ligações entre o passado e o presente. Moraes analisa o Brasil antes mesmo dos anos de chumbo e o país antes e depois do 8 de janeiro. Sua análise compreende os papéis desempenhados principalmente pela esquerda, inclusive os equívocos, e demais fatores e atores que levaram ao minucioso planejamento e execução do golpe que tirou João Goulart do governo.

Ainda neste número, uma realidade que, se não é nova aos professores de todos os níveis, especialmente da educação básica, ainda carece de melhores soluções institucionais. Transtornos psicológicos em sala de aula não são novidade, mas carecem de melhores condições para o enfrentamento no dia a dia das escolas. Nossa reportagem procurou elencar os principais transtornos psicológicos e ouvir professores, especialistas e representantes da comunidade escolar sobre esta realidade que desafia profissionais da educação todos os dias nas escolas.

Ainda tratando de ambiente escolar e infância, conversamos com a pesquisadora Adriana Friedmann. Para ela, existe um “grande movimento” de profissionais que já têm essa consciência diferenciada sobre a escuta das crianças, mas ainda é necessário conscientizar e sensibilizar a sociedade como um todo a esse respeito. Criadora e coordenadora do Mapa da Infância Brasileira e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento (NEPSID), Adriana tem sido uma voz latente quando o assunto é a escuta das crianças, em especial das crianças pequenas. Pedagoga, Mestre em Educação e Doutora em Antropologia, desde a década de 1980 atua como pesquisadora em instituições de educação e cultura, defendendo a necessidade de aprender a ouvir os sons que a infância produz.

Em nossas páginas centrais, o *Extra Classe* expõe a contradição da poderosa indústria do tabaco. Mesmo contra o consenso de profissionais da saúde e da Anvisa de que cigarros eletrônicos são nocivos, entidades do setor tabagista argumentam que liberá-los traria mais renda a 125 mil famílias produtoras de tabaco. Ainda que com o apoio de fumicultores à controversa pauta, a indústria do cigarro briga na Justiça para suspender lei estadual que atende a uma demanda histórica dos agricultores, expondo a contradição do seu principal argumento. Nossa reportagem pretende esclarecer como o lobby dessa indústria age nos bastidores do poder para fazer valer suas demandas por lucro, mesmo que isso entre em choque com a saúde pública e o sustento das famílias de seu principal parceiro, o pequeno agricultor.

E ainda, Verissimo, Santiago, Weissheimer, Rolim, Edgar Vasques e Rafael Corrêa. Boa leitura!



04 ENTREVISTA

Dênis de Moraes fala sobre os 60 anos do golpe de 1964 e do 8 de janeiro

07 WEISSHEIMER

Dois anos e meio depois da privatização, CEEE Equatorial é criticada até pelo governador

08 EDUCAÇÃO

Os principais transtornos psicológicos dos estudantes e como impactam em sala de aula

11 ROLIM

Os verdadeiros problemas do sistema penitenciário brasileiro para além dos noticiários

12 INFÂNCIA

Para a pesquisadora Adriana Friedmann, os adultos escutam pouco e mal as crianças

14 ESPECIAL

A indústria do cigarro age nos bastidores contra a saúde pública e os direitos dos fumicultores

17 POLÍTICA

A salada teológica que alinha evangélicos brasileiros à extrema direita, EUA e Israel

18 ENSINO PRIVADO

Iniciam-se as negociações por reajuste e melhores condições de trabalho dos professores

22 MOVIMENTO

Dança de Rua vira modalidade olímpica em Paris e repercute nas comunidades gaúchas

24 ARTE +

A arte visual de Zé Darcí representa o negro gaúcho em todas múltiplas dimensões

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Caren Souza, Débora Ertel, Ernani Campelo, Gilberto Blume, Marcelo Menna Barreto e Pedro Nakamura

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

“Quase o dobro de outros estados”

“Comparando o crescimento das matrículas no RS com as de outras redes privadas pelo Brasil, é quase o dobro dos 4,7% de outros estados, o que é uma situação bastante favorável para as escolas privadas aqui do estado”, explica a economista e técnica do Dieese Anelise Manganelli. Segundo ela, também é muito significativo o espaço que a rede privada vem ocupando, “em detrimento da rede estadual, que teve queda de 5% nas matrículas”.

Mais escolas privadas

Nos últimos 10 anos, o número de estabelecimentos na rede privada gaúcha cresceu 6,8%. Isso significa 173 escolas a mais, sendo 52 dessas novas escolas só em 2023, cujo aumento foi de 6% em relação ao ano anterior.

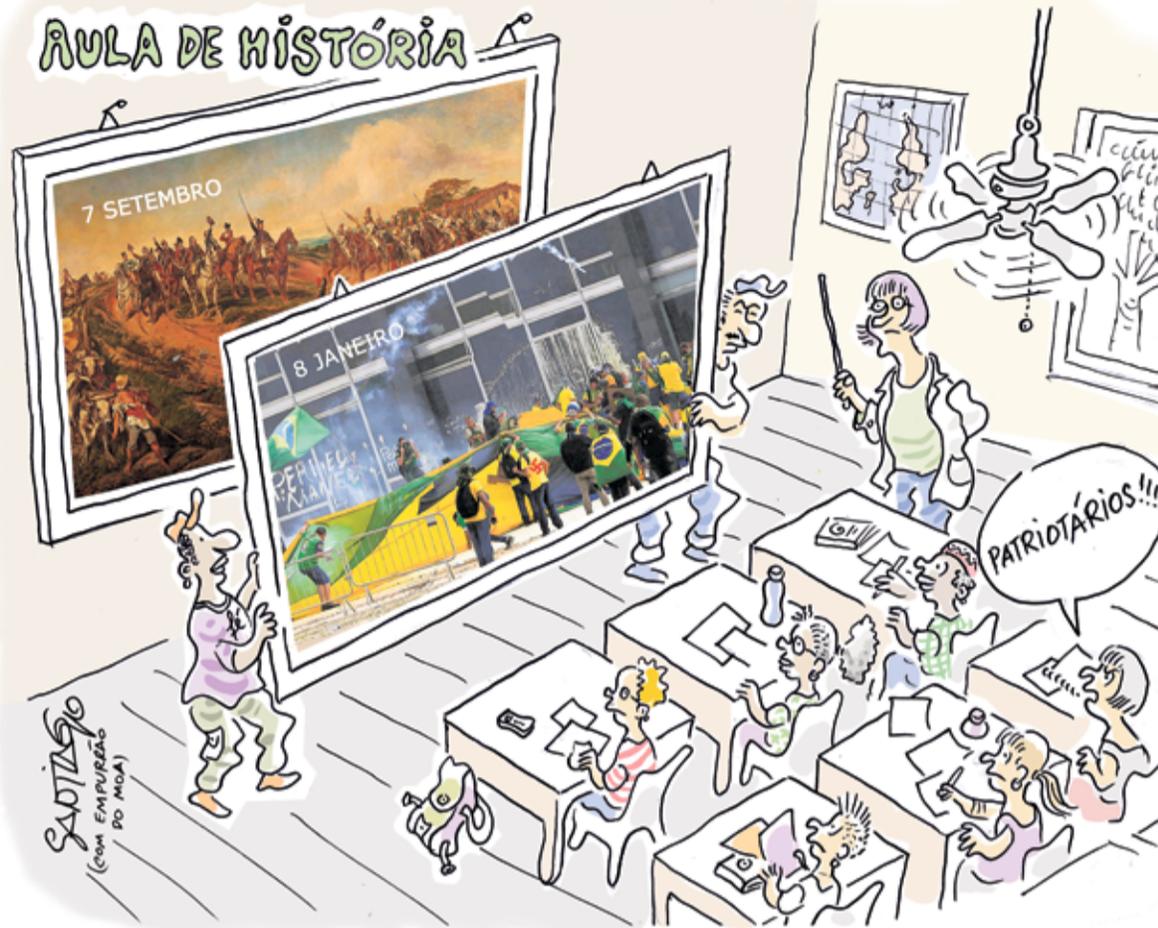
Com isso, cresceu também o número de docentes da rede privada. São 1.246 professores a mais em 2023, 4,43% de aumento. Na década de 2014 a 2023, o crescimento foi de 8,9%.

Cenário favorável

Outra questão que a economista do Dieese chama atenção é que, se, por um lado, as matrículas da rede privada cresceram quase 9% aqui no estado, o número de docentes não acompanhou esse aumento. O crescimento foi de menos de 5%. Um outro dado é que as mensalidades das escolas privadas aumentaram bem acima da inflação do último período.

“Isso coloca um cenário de possibilidade para recuperação de perdas salariais para os trabalhadores da rede privada e melhores condições de trabalho pra esses educadores. Seria uma valorização para quem faz o dia a dia da escola e que, certamente, vai resultar numa melhor qualidade de ensino”, defende Manganelli.

SANTIAGO



Crescem matrículas nas escolas privadas gaúchas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) divulgou, em fins de fevereiro, informações do Censo Escolar 2023 referentes à Educação Básica. Com base nesses dados, o escritório regional do Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese) elaborou alguns recortes para o Rio Grande do Sul com foco na rede privada de ensino.

Em se tratando de Brasil, a pesquisa revelou que, no ano de 2023, registraram-se 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica, cerca de 77 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2022, o que corresponde a uma diminuição de 0,2% no total.

Essa leve queda é reflexo do recuo de 1,3% observado no último ano na matrícula da rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023, e o aumento de 4,7% das matrículas da rede privada, o qual cresceu de 9 milhões para 9,4 milhões, com números absolutos menores que a redução observada na matrícula da rede pública.

Já no Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do Censo Escolar 2023, o número de matrículas

no ensino básico privado totalizou 500.466, revelando crescimento em relação a 2022 de 8,8%, com acréscimo de 40.674 matrículas.

Já o setor público registrou queda de -1,9%, passando de 1.806.702 matrículas, em 2022, para 1.771.585 em 2023. Com isso, a rede privada aumentou sua participação no total de matrículas na educação básica no estado, de 20,3% em 2022 para 22% em 2023.

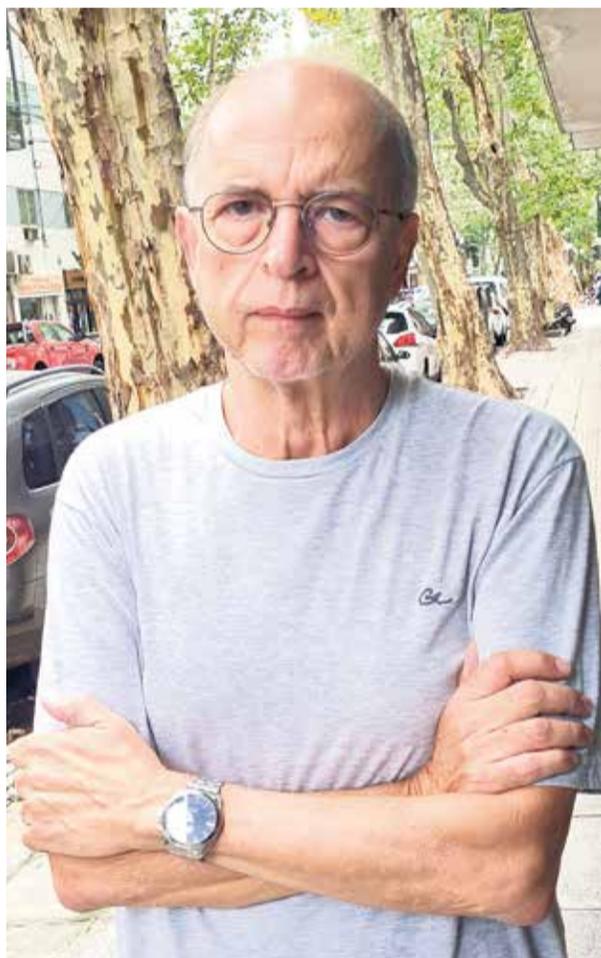
Em 2023, todos os níveis de ensino (infantil, creche, pré-escola, fundamental, médio EJA, ed. profissional) registraram crescimento no número de matrículas da rede privada do RS.

Nos últimos 10 anos – de 2014 a 2023 –, o número de matrículas na rede privada gaúcha aumentou 26,8%. O maior crescimento foi em 2023, quando comparado com o ano anterior, que ocorreu na etapa Educação Profissional, com crescimento de 37,3%, o que representa incremento de 26.442 novas matrículas.

Em 2023, houve aumento de 2% no número de estabelecimentos de ensino da rede privada, em relação ao ano anterior, representando 52 novas escolas.

A banner for the website 'EXTRA CLASSE'. On the left, there is a screenshot of the website's homepage showing various news articles. The main text in the center reads: "Notícia e informação têm bastante, mas pensadas para você. só têm aqui." Below this, it lists categories: "Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião..." and "Acesse e saiba sempre muito mais!". On the right, there is a hand pointing towards the website address "extraclasse.org.br" and the logo for "SINPRO/RS Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul".

Golpe de 1964 completa 60 anos insepulto



por Marcelo Menna Barreto

No mês que marca o 60º aniversário do golpe cívico-militar que derrubou o presidente João Goulart e deu início a uma ditadura de 21 anos no Brasil, Dênis Roberto Villas Boas de Moraes apresenta a quinta edição de seu livro *A esquerda e o golpe de 1964*, pela editora Civilização Brasileira, do Grupo Record.

O autor já traçou importantes biografias, como as de Henfil (*O rebelde do traço*), Graciliano Ramos (*O velho Graça*) e de Oduvaldo Vianna Filho (*Vianninha, cúmplice da paixão*). A nova edição de *A esquerda e o golpe de 1964*, considerado um clássico, chega como “quase um novo livro”, nas palavras de Moraes. O escritor, jornalista e professor associado aposentado do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), nesta entrevista ao *Extra Classe*, vai além de falar sobre sua obra para estabelecer ligações entre passado e presente.

Ele traça um breve paralelo entre a derrota da esquerda em 1964 e a derrota da extrema direita personificada em Jair Bolsonaro nas eleições de outubro de 2022 e na tentativa de golpe que culminou com a depredação das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

São contextos históricos e políticos distintos, reflete o autor, que vê em 1964 um golpismo militar e civil que “jamais se apoiou em ações improvisadas”.

Dênis de Moraes é Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França) e pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO, Argentina).

Extra Classe – Completando 35 anos do lançamento do seu livro, qual é a sua expectativa com esta nova edição?

Dênis de Moraes – Eu diria que é quase um novo livro, pois se trata de uma edição revista e substancialmente ampliada. Mantive os focos temáticos, os eixos de análise e o estilo narrativo da edição original, porém modifiquei capítulos, reelaborei várias passagens e, principalmente, introduzi conteúdos inéditos e novos depoimentos de personalidades relevantes do período pré-1964, como os de Frei Betto, do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, dos jornalistas Jânio de Freitas e Milton Temer (à época, primeiro-tenente e ajudante de ordens do ministro legalista da Marinha) e da historiadora Marly Vianna. Também atualizei as pesquisas em arquivos públicos e privados, entre os quais o do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), hoje sob a guarda do Arquivo Nacional; o acervo online com informes confidenciais da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), liberados à consulta nos últimos anos, e os relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Com tais acréscimos, procurei reavaliar questões significativas do período e incorporar outras visões críticas sobre os acontecimentos que culminaram no golpe de Estado.

EC – Daria para se dizer que o golpe de 1964 ainda demanda muita informação e questões a serem esclarecidas?

Moraes – Sem dúvida, o conhecimento sobre o golpe ainda precisa ser ampliado, não apenas para que as novas gerações tenham a exata noção do que ele representou em termos de retrocessos para o país, como também para pôr fim às mentiras e falsificações remanescentes da chamada “história oficial”, elaborada pelo golpismo com o objetivo de impugnar o ciclo de transformações em curso até 1964. Sessenta anos depois, certas ressonâncias deletérias da ditadura militar ainda podem ser identificadas em práticas autoritárias, medidas antissociais e ameaças à ordem democrática.

EC – Você está falando de quê, mais especificamente?

Moraes – Do que vivenciamos nos sombrios anos do bolsonarismo.

Daí a necessidade de restabelecemos a verdade histórica sobre aquele tempo de liberdades democráticas, de intensa participação popular, de renovação da cultura e das artes e de mobilizações voltadas a uma efetiva democratização da vida social, econômica e política. E mais: reavaliar o governo Goulart e a própria conduta do presidente. Mesmo não sendo de esquerda e, muitas vezes, refém de suas próprias hesitações, Jango vinha atendendo, embora parcialmente, a demandas das forças progressistas, como, por exemplo, o reajuste de 100% do salário mínimo, o decreto de desapropriação de terras federais para a reforma agrária e a regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para o exterior - medidas por ele sancionadas entre janeiro e março de 1964. Por outro lado, Jango se foi sem deixar suficientemente claro se pretendia ou não encontrar uma saída extralegal para continuar no poder, e por que desistiu logo de resistir ao golpe.

EC – O que você poderia nos falar sobre os aspectos do golpe, além das óbvias ligações com o período da Guerra Fria?

Moraes – O processo que levou à derrubada de João Goulart resultou de uma trama política-ideológica-militar-empresarial-midiática, que obedeceu a um planejamento estratégico bem definido, inspirados nos ditames da Guerra Fria e do anticomunismo. O propósito era debilitar e, afinal, depor um governo democrático e popular - que não contava com uma base parlamentar coesa -, com a finalidade de reorientar o modelo de desenvolvimento de acordo com os interesses do grande capital nacional e internacional e do imperialismo americano. Explorou-se ao máximo o quadro geral de crise econômica e de radicalização política. A escala da conspiração se desenrolou através de táticas de manipulação e persuasão junto à opinião pública sobre os riscos de uma suposta



Sem exceção, o anticomunismo é o elo entre todos os intentos golpistas e os golpes de Estado, aqui e na América Latina.

“esquerdização” do governo e de “proletarização da sociedade”. A meta era conquistar a adesão, sobretudo, das classes médias e de setores conservadores, além da penetração junto a uma parcela considerável da alta oficialidade militar, com perfil elitista, anticomunista e americanófilo.

EC – Se a extrema direita na Europa usa o discurso contra imigrantes, na América Latina usa o fantasma do comunismo. No discurso dos nossos extremistas, há uma associação direta entre ser progressista e o “fantasma do comunismo”. Qual é a sua análise sobre isso?

Moraes – Sem exceção, o anticomunismo é o elo entre todos os intentos golpistas e os golpes de Estado, aqui e na América Latina. A exacerbação do anticomunismo tem a ver com o receio das classes dominantes quanto a possíveis efeitos de transformações políticas e culturais na produção de crenças, mentalidades e juízos que incidem na conformação do imaginário social, tradicionalmente sob seu raio de influência. Trata-se de convencer a opinião pública a respeito de ameaças hipoteticamente representadas pelo comunismo nos âmbitos da moral, da religião, da família e da pátria. A pregação golpista em 1964 buscava apavorar as classes médias com a ideia-força da “República sindicalista” que Jango estaria a um passo de implantar. O chamado “perigo vermelho” extrapola a força real dos comunistas e é usado como

antídoto ideológico à ascensão social das classes populares, com o indesejável questionamento das hierarquias vigentes. A estratégia discursiva anticomunista consiste em infundir medo e insegurança em relação a mudanças que possam afetar as conveniências do conservadorismo e a sua hegemonia político-cultural. Tais mistificações e engodos servem para persuadir setores sociais a aceitarem intervenções autoritárias.

EC – Este discurso anticomunista entrou no caldo que culminou com a depredação das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Se, em 1964, os militares foram às ruas para derrubar um governo que tinha altos índices de aprovação e, depois, tratou de dar pinceladas de clamor popular, na intentona para invalidar a eleição de Lula, tivemos o contrário. Apoiadores de Bolsonaro foram estimulados a clamar por “intervenção militar” nas portas dos quartéis. O que dizer disso?

Moraes – São contextos históricos e políticos distintos, ainda que possamos invocar determinadas intenções golpistas no meio militar, com métodos e alcances específicos. Em 1964, convém insistir, o golpismo militar e civil jamais se apoiou em ações improvisadas ou voluntaristas; ao contrário, as operações de guerra ideológica, política e cultural foram pensadas e postas em prática dentro de uma lógica de descrédito e desestabilização do governo Goulart. Por sua vez, erros políticos foram come-

ENTREVISTA

tidos pelas forças progressistas, como as rebeliões da baixa oficialidade e dos praças, principalmente as dos sargentos em 1963 e dos marinheiros em 1964, apoiados por quase toda a esquerda da época. Se as reivindicações eram, indiscutivelmente, legítimas, as mobilizações a céu aberto e a anistia dos marinheiros amotinados quebraram o princípio basilar da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Esses erros deram os pretextos que faltavam à alta oficialidade golpista para depor Jango.

EC – No livro, você fala da importância de entender as causas da derrota da esquerda brasileira em 1964. Na sua opinião, as jornadas de junho de 2013 que buscaram tensionar o governo de Dilma Rousseff para maiores avanços não acabaram sendo instrumentalizadas pela direita, que, por sua vez, derrubaram a presidente e prepararam o país para a ascensão de Jair Bolsonaro em 2018?

Moraes – As jornadas de junho de 2013 comportaram ações políticas e reivindicações difusas, que mesclavam apelos golpistas com insatisfações em relação ao governo de Dilma Rousseff. Numa visão retrospectiva, as manifestações acabaram sendo instrumen-

talizadas pelo conservadorismo e serviram de caldo de cultura para a posterior organização da extrema direita e áreas conexas, notadamente nas redes sociais. No convulsionado quadro de 2013, talvez a esquerda, em seu conjunto, não tenha percebido a importância de se contrapor, mais resolutamente, em defesa da democracia e do respeito à legalidade. Ressalvando as diferentes circunstâncias políticas, é factível estabelecer uma analogia entre o sucedido em 2013 com a falta de clareza de segmentos ponderáveis da esquerda em 1964 quanto à necessidade de se resguardar o estado democrático de direito, acima de seus projetos políticos e das ambições imediatas. Só os incautos ou ingênuos não notaram a escalada da conspiração golpista a partir do segundo semestre de 1963. E mesmo quem notou nem sempre soube articular iniciativas para tentar detê-la.

EC – Se você fala que em 1964 houve uma derrota da esquerda, que nos legou 21 anos de ditadura, a derrota de Bolsonaro para Lula em 2022, seguida do fracasso da tentativa de golpe de 8 de janeiro, poderia ser encarada como uma derrota de quem apostou tudo em uma virada de mesa dos militares ou, como diria a

canção de Caetano Veloso, imortalizada por Gal Costa, “é preciso estar atento e forte”?

Moraes – O verso da canção de Caetano Veloso, bem lembrado, me parece essencial, tanto nos nossos dias quanto na moldura de 60 anos atrás. Do ponto de vista das forças progressistas e de esquerda, cabe ressaltar a exigência crucial de “estar atento e forte” em relação a inimigos poderosos na arena política e ideológica.

Em 1964, as esquerdas, divididas, não souberam avaliar adequadamente a correlação de forças real na sociedade brasileira, nem construir a unidade exigida na diversidade, muito menos traçar planos de voo sólidos para enfrentar a batalha das ideias pela hegemonia política e cultural. Em várias situações, o campo nacional-popular direcionava mais as suas energias para as cobranças a Jango pelo fim da conciliação com a burguesia, bem como se enredava em disputas internas, descuidando-se dos embates com a direita golpista, em franca ascensão. As esquerdas não tinham a força que imaginavam ter, nem estavam devidamente atentas aos movimentos sinuosos dos adversários. Já a direita e a extrema direita percorreram itinerários coerentes com seus propósitos: traçaram objetivos comuns, sedu-

ziram segmentos da sociedade civil com campanhas insidiosas e elegeram o golpe de Estado como solução final. Na atualidade, penso que “estar atento e forte” passa por combinar conscientização com ação.

EC – O que significa?

Moraes – Significa, em primeiro lugar, ter consciência de que a extrema direita e a direita mais reacionária seguem muito ativas na “guerra cultural” nas redes sociais, movendo combates sistemáticos à esquerda; intensificam a preparação para as eleições de 2024 e 2026, e detêm, conforme recentes pesquisas, um percentual expressivo nas intenções de votos. Em segundo lugar, entendo que as forças progressistas e de esquerda não poderão prosseguir por muito mais tempo na relativa paralisia em que se encontram, praticamente entrincheiradas em torno do governo Lula, como se fosse o pior dos pecados explicitar o senso crítico em relação a determinadas decisões governamentais. Para se fortalecer, terão que voltar às ruas e desenvolver a sua vocação de luta, dentro e fora das redes, com vistas à organização popular e às mobilizações em defesa da democracia e das reivindicações mais urgentes dos trabalhadores e da cidadania em geral.

A RESCISÃO CONTRATUAL É UM MOMENTO DE AVALIAÇÃO.

Conhecer seus direitos é a primeira etapa para poder exercê-los.



Para saber mais sobre seus direitos previdenciários, trabalhistas e cíveis, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos professores do Ensino Privado. **Entre em contato através do WhatsApp:**

 **51 3237.2791***

* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Qual é o balanço da privatização da energia no RS?

“Pouco mais de dois anos e meio depois, a empresa privatizada virou um dos principais focos de reclamações no Estado, incluindo aí o próprio governador”



O presidente da CEEE Equatorial, Riberto Barbanera, em reunião ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da ALRS, reconheceu que o tempo para o restabelecimento da energia, em alguns casos, é inaceitável. Os deputados da oposição não ficaram satisfeitos com as explicações do dirigente da concessionária e defenderam a instalação de uma CPI

“Estamos aqui por acreditar que o papel do Estado não é necessariamente o de operação de serviços diretamente. Ele pode e deve ser um contratante junto ao setor privado para que, com a eficiência do setor privado, se prestem serviços de interesse da sociedade. É isso que estamos ajudando a quebrar paradigmas neste Rio Grande. Não tenho dúvidas de que os investimentos que serão trazidos pelo Grupo Equatorial vão melhorar a prestação do serviço de distribuição de energia no estado.” Essas declarações foram feitas pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), no dia 8 de julho de 2021, durante uma cerimônia de assinatura do contrato de venda da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) para o grupo privado Equatorial Energia.

A Equatorial, vale lembrar, foi a autora do único lance, no valor de R\$ 100 mil, no leilão de privatização da CEEE-D, realizado pelo governo do estado em março daquele ano. No dia da assinatura do contrato, o CEO do grupo Equatorial Energia, Augusto Miranda, comemorou: “Estamos muito felizes de estar aqui para

operar uma empresa da grandiosidade da CEEE. É um ativo muito importante que vai fazer muito bem ao nosso portfólio e a entrada aqui (no RS) vai fazer muito bem para a gente”.

Pouco mais de dois anos e meio depois, a empresa privatizada virou um dos principais focos de reclamações no estado, incluindo aí o próprio governador.

No dia 17 de janeiro deste ano, após a demora na ação da empresa para atender à população atingida por um temporal que castigou toda a região metropolitana de Porto Alegre, Eduardo Leite reclamou: “O Grupo CEEE Equatorial precisa melhorar sua relação com as autoridades e com a sociedade, então estamos demandando uma série de ações deles nessa direção. Nós temos a expectativa de que a empresa mude a sua postura e se não fizer isso ao longo do tempo, ela pode enfrentar um processo de retirada da sua concessão”.

Na mesma linha, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), que também apoiou a privatização da CEEE, usou sua conta no *Twitter* para protestar contra a inação da empresa privada: “Já

que a direção da CEEE Equatorial não atende o telefone nas últimas horas, fazemos um apelo para que alguém da empresa compareça ao Ceic (Centro Integrado de Comando de Porto Alegre) e nos auxilie na governança conjunta para retomar a normalidade. Não há abastecimento de água sem energia!”, protestou o prefeito.

Diante dos péssimos serviços prestados à população durante a crise climática de janeiro, deputados do PT propuseram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do grupo privado no estado. A Equatorial é, hoje, responsável pela distribuição de energia elétrica para cerca de 1,7 milhão de consumidores em 72 municípios no RS, nas regiões sul e centro-sul, litoral, campanha e região metropolitana de Porto Alegre. Apesar das críticas públicas feitas à empresa no início do ano, o governador Eduardo Leite recuou de sua ameaça de retirar a concessão da Equatorial e passou a trabalhar contra a instalação de uma CPI na Assembleia Legislativa do RS (ALRS). A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no entanto, decidiu abrir uma Comis-

são Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação da empresa na capital.

O temporal que se abateu sobre Porto Alegre e Região Metropolitana, no dia 16 de janeiro, expôs os pés de barro dos defensores das privatizações de serviços essenciais, como fornecimento de água e energia, que atualmente governam a capital gaúcha e o estado do RS. O enfraquecimento e a retirada do setor público dessas áreas, especialmente no caso da energia elétrica no RS, mostraram suas consequências após o temporal que causou grandes estragos nas cidades da região. Demissões de pessoal especializado, terceirização em massa dos serviços e precarização das condições de trabalho dos funcionários das empresas terceirizadas alimentaram uma cadeia de ineficiência e demora no atendimento à população, bem como a morte de trabalhadores terceirizados colocados para atuar junto a redes de energia elétrica sem a qualificação necessária. Dois anos e meio depois da privatização do serviço de energia no RS, uma pergunta simples se impõe: e aí, melhorou?

Como os transtornos psicológicos impactam nas salas de aula



Foto: Igor Sperotto

por Caren Souza

Que problemas como depressão e ansiedade vêm crescendo entre crianças e adolescentes, não é novidade. Somado a isso, outros transtornos que envolvem diretamente a saúde mental crescem e podem impactar não apenas o aluno, mas também em toda a turma e corpo docente. São diagnósticos como autismo, dislexia, discalculia, Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e, ainda que mais raro, Síndrome de Tourette. Mais do que a construção do conhecimento, os professores precisam lidar, ainda, com os efeitos que um ou mais casos geram em cada turma

Ainda que não haja números precisos para os devidos problemas, sabe-se que são uma realidade. Dados do Ministério da Saúde (2019) apontam que 1% a 3% de crianças e adolescentes têm depressão. Quanto ao autismo, ocorre aproximadamente em 1 a cada 36 crianças, conforme estudo do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA).

A falta de dados precisos já evidencia a ausência de políticas públicas para a saúde mental infanto-juvenil. A realidade hoje é complexa, com jovens doentes, sem tratamento, e professores exaustos, fazendo verdadeiros malabarismos para enfrentar esse universo tão complexo e desafiador que é a mente humana.

Ansiedade no topo dos problemas

Já imaginou estar em uma aula de Língua Portuguesa e, entre um uso de crase e uma concordância, um aluno desmaia? A professora de Português e Literatura Carla Souza da Silva, docente em uma grande escola estadual de São Leopoldo, sabe o que é isso. E já aconteceu mais de uma vez, resultado de crises de ansiedade. “Desmaios, crises de choro ou saída repentina, literalmente correndo, é o que presencio nas crises”, destaca.

Aliás, esse tem sido o maior complicador em meio a tantos problemas que surgem no dia a dia. “A maioria dos alunos com

diagnóstico faz acompanhamento médico e psicológico, o que já traz mais qualidade de vida e torna a rotina mais tranquila. Mas a ansiedade nem sempre é tratada e acaba gerando mais dificuldades”, pontua a professora, que aprendeu a reconhecer os sinais, muitas vezes antes de chegar às últimas consequências da crise.

“Quando percebo que um aluno está muito nervoso, já ofereço auxílio e peço ajuda da supervisão. Assim ele pode sair, de forma monitorada, até se recompor”, frisa. Carla destaca que, de todo o conhecimento adquirido na universidade,

este não estava no currículo. “Não fui preparada para socorrer alunos, mas aprendi na prática. Quando há mais de um estudante com problemas, a única saída é pedir o apoio de toda a turma e respeitar as necessidades de cada um”, pontua.

Das sete turmas que teve em 2023, foram muitos os diagnósticos: TDAH, fobia social, autismo, depressão, deficiência intelectual, e um caso de Síndrome de Tourette, que já está em tratamento e não manifesta sintomas. “É preciso ter muito jogo de cintura para manter a turma equilibrada. Entender que há dias mais difíceis e, nesses

dias, é preciso ser flexível”, aponta.

“O mais complexo, entretanto, é a negligência familiar. Vemos muitos alunos precisando de ajuda e sendo ignorados pelos pais”, avalia. Em 2023, percebendo a dificuldade de um aluno em realizar algumas provas, Carla notou que havia algo diferente. Com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), identificou dislexia e discalculia no estudante de 16 anos. “Ele relatava muita dificuldade para escrever, embora conseguisse ler. Até então ninguém havia percebido, e a família pensava ser uma desculpa dele”, revela.

Negligência parental: o calcanhar de Aquiles da escola

Assim como ressaltou a professora Carla, outra professora que prefere não se identificar, e que atua há 30 anos em uma das escolas mais tradicionais de ensino privado do Vale do Sinos, faz coro. “Já tive inúmeras situações difíceis, mas quando a família não aceita, é o pior. Tanto a criança quanto professores precisam de um amparo, de uma rede de apoio para o melhor aproveitamento do estudante”, defende a docente do primeiro ano do ensino fundamental.

Quando o transtorno interfere no comportamento, principalmente quando gera agressividade, é fundamental ter um laudo com o diagnóstico para a solicitação de um professor de apoio. “Por outro lado, mesmo diante de problemas complexos, quando temos mais um profissional, conseguimos resultados excelentes”, completa.

Dos inúmeros casos, dois ficaram marcados em sua memória. De um aluno com espasmos neuronais, que se desorganizava e agredia colegas, se autoagredia

e cortava roupas e cabelos seus e dos seus pares. “Com esse problema neurológico sério, mesmo com todo o engajamento da família e médicos, ele nunca teve uma interação positiva com colegas”, lamenta. Outro aluno, não diagnosticado, era extremamente agressivo e quebrava coisas em sala de aula. “A família tentou de tudo, mas sem sucesso, e ele foi retirado da escola no meio do ano por não conseguir se adaptar”, lembra.

Apesar do apoio da escola, a docente acredita que a inclusão ainda tem muito a evoluir. “Precisamos de mais capacitação de todo o corpo escolar, um trabalho mais denso. As demais crianças precisam compreender a existência e a necessidade dos alunos de inclusão de forma mais consistente”, sentencia. “Importante ter a aceitação das famílias também. Muitas vezes, ainda as encontramos no processo de luto, sem entender realmente as necessidades do seu filho, o que compromete a adaptação da criança”, destaca.

Conheça os principais transtornos

DEPRESSÃO: Falta de vontade de brincar ou estudar, choro constante, falta de apetite, entre outros sintomas. Na infância, pode ser causado pela separação dos pais, perda de um ente querido ou animal de estimação. Na adolescência, soma-se a outros fatores.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE: Medo sem motivo aparente, angústia constante, necessidade de estar perto dos responsáveis. Desencadeia diversos sintomas físicos, como choros, tremores, desmaios, taquicardia.

DISLEXIA: Transtorno de aprendizagem que pode afetar habilidades básicas de fala, leitura e escrita, em diferentes níveis. Conforme estimativa do Instituto ABCD, referência em dislexia, quase 4% dos brasileiros são afetados.

DISCALCULIA: Transtorno que afeta a aprendizagem de matemática, impossibilitando a identificação de sinais matemáticos, montagem de operações, classificação de números e conceitos matemáticos em geral.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): Condição neurológica que pode afetar comportamento, fala, socialização e, em muitos casos, aprendizagem. Afeta 1 a cada 36 crianças.

TRANSTORNO Opositor Desafiador (TOD): Caracterizado por comportamento desafiador, agressividade, impulsividade, teimosia, dificuldade em lidar com frustrações. Tudo isso em níveis extremos. O acompanhamento pode envolver psicólogos, neurologistas e psiquiatras.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): Além da dificuldade em manter atenção, contribui para baixa autoestima e dificuldade nos relacionamentos.

SÍNDROME DE TOURETTE: Distúrbio neuropsiquiátrico que causa tiques motores ou vocais frequentes. Geralmente, começa na infância, com picos entre os 10 e 12 anos de idade, tendendo a diminuir na adolescência.

Em casa, o aprendizado não tira férias

Uma criança com dificuldade de aprendizado pode precisar de reforço até mesmo nas férias. É o caso de Paulo, 10 anos, diagnosticado com TOD, TDAH e deficiência

intelectual. “Além do auxílio de uma estagiária durante o ano, ele tem sugestão de atividades para as férias, principalmente leituras”, conta o publicitário Alexandre Bitello.

Ele e o assistente de sinistro Jona Lamb são pais por adoção e ainda estão se adaptando às questões escolares, mas já contabilizam muitos progressos. Ainda

antes de obter a tutela, começaram a conhecer o histórico escolar e familiar de Paulo para entender suas necessidades. “Na primeira aproximação, soubemos que ele

brigava muito na escola e que tinha dificuldades na aprendizagem. Nessa fase, porém, não podíamos interferir”, conta Bitello.

O pai destaca que, por conta da distância necessária, não puderam fazer nenhum tipo de mudança e acabou sendo reprovado. No ano seguinte, em 2023, reali-

zaram a mudança de escola e, já com o laudo, ele passou a receber atendimento especializado no AEE, que ajudou bastante.

A questão da agressividade e da dificuldade de autorregulação, inerentes ao diagnóstico, também melhorou muito com o tratamento médico. Aos poucos, as brigas

com colegas, ameaças às professoras e resistência em fazer as atividades foram amenizadas, e o ano escolar de 2023 foi considerado um sucesso pela família, terminado com aprovação escolar. “O primeiro passo foi buscar alinhamento com a escola”, reconhece o pai.

Além da sala de recursos, Paulinho, como é carinhosamente chamado, passou a ter reforço escolar semanal no contraturno e conteúdo adaptado. “É importante compreender a criança, despertar nela a sensação de pertencimento à escola e empoderá-la em cada tarefa”, destaca.

Professores também adoecem

Os professores também sofrem um agravamento de saúde mental frente à alta incidência de problemas em crianças e adolescentes. O apontamento é da professora do curso de especialização em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação EAD da Ufrgs, Silvana Corbellini. “Além disso, os professores e gestores nem sempre possuem formação adequada para identificar e lidar com essas questões, o que agrava os casos dentro das escolas e leva

ao fenômeno da medicalização como única opção para lidar com o diferente”, analisa.

A docente acredita na prevenção e promoção da saúde mental como fatores indispensáveis para reduzir os casos, mas está ciente da precariedade das escolas. “A formação, no entanto, é um requisito imprescindível”, enfoca. Ela aponta, ainda, outros fatores crônicos como a diferença de classes, a pobreza extrema, as drogas e falta de condições mínimas de acolhimento.

Silvana defende que os gestores devem se preocupar também com a saúde mental dos docentes, que estão no cotidiano dos estudantes. “A escola precisa ir além dos conteúdos curriculares. É preciso pensarmos em uma educação de afetos, na construção de uma cultura de paz, na crítica em relação à desinformação, no pensamento científico como propulsor de novas respostas”, sugere.

Cada vez mais, segundo Silvana, observa-se a necessidade

de espaços de fala, de diálogo dentro das escolas. Espaços de acolhimento, de pertencimento para que os jovens desenvolvam empatia, respeito mútuo e aprendam que a cooperação é mais importante do que a competição - valores nos quais a sociedade e a própria escola ainda se pautam - são necessários. “Trabalhar em prol de uma transformação da educação é necessário, visando também às questões socioemocionais”, ensina.

Somente 20% dos jovens recebem atendimento

A saúde mental de crianças e adolescentes apresenta um quadro gravíssimo no que se refere aos atendimentos. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), metade das doenças mentais se inicia em torno dos 14 anos de idade. A incidência em crianças e adolescentes gira em torno de 15%, porém vários estudos apontam que na adolescência essa taxa fica ao redor de 20%. O que mais preocupa, nessa estatística, não são os números absolutos, mas o acesso ou a busca por tratamento. Estima-se que somente 20% dos jovens com transtornos

mentais recebam atendimento.

“Os outros 80% vão passar anos sofrendo e tendo seus quadros agravados, diminuindo sua qualidade de vida e sua produtividade”, lamenta o médico Marcelo Schmitz, professor de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Faculdade de Medicina da Ufrgs e preceptor em Residência Psiquiátrica da Infância e Adolescência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

O impacto da saúde na vida escolar é enorme. Conforme Schmitz, além de baixo rendimento e evasão escolar, adolescentes tendem a piorar o relacionamento com seus

pares ou figuras de autoridade. Como resultado, surgem os casos de agressão, gravidez indesejada, DTSs (fruto do comportamento de risco característico de muitos transtornos mentais), automutilação e suicídio. “Essa realidade não pode ser jogada para baixo do tapete. Escola, famílias e poder público devem trabalhar juntos”, alerta.

Schmitz considera, ainda, que muitos transtornos mentais são desenvolvidos ou acentuados pela história familiar. Assim, além de buscar informações com os familiares, muitas vezes é necessário sugerir um acompanhamento tam-



Foto: Igor Speratto

bém para eles. “É importante buscar um diálogo tranquilo, pois muitos pais se sentem perseguidos ou atacados quando procurados para falar sobre o assunto”, esclarece.



Acolhimento, sigilo e atitude. Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





As prisões e a cortina de fumaça

“O sistema federal, entretanto, pode ter concorrido para a nacionalização do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) que, antes de 2006, ano de inauguração da primeira prisão federal em Catanduvas (PR), não possuíam a dimensão nacional de hoje”

Foto: MJSP



A fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró, em Alagoas, ganhou os noticiários e mobilizou governo e oposição. Para todos os efeitos, o episódio aponta para uma urgência nacional. No Congresso, a oposição passou a responsabilizar o Executivo pelo fato, cobrando medidas “duras” na execução penal e pretendendo ouvir o ministro da Justiça. O governo anunciou contratação de novos policiais penais, reforço na segurança e construção de muralhas em torno das prisões federais.

Pois bem, estamos diante de uma cortina de fumaça na qual o fato é tratado como parte da disputa política de um país cindido pela radicalização. É preciso sair desse ambiente tóxico e tratar do que importa.

Primeiro, fugas de prisões de segurança máxima não são comuns, mas ocorrem em todo o mundo. Em 2015, dois presos da *Clinton Correctional Facility*, do estado de Nova Iorque, nos EUA, considerada inexpugnável desde sua inauguração em 1865, fugiram pelos bueiros, deixando um bilhete: “Tenham um bom dia”. Não ocorreu aos norte-americanos convocar um ministro para esclarecimentos. Na antiga prisão da Ilha de Alcatraz, considerada a seu tempo uma das mais seguras do mundo, três presos conseguiram fugir em junho de 1962, cavando, durante meses, um buraco com colher e usando uma balsa feita com capas de chuva. Há muitas outras histórias do tipo que, em situações políticas normais, não se transformam em objeto de disputas, mas oferecem lições e promovem ajustes.

Segundo, deveríamos estar discutindo o sistema prisional federal, onde se aplica o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), uma forma especial de encarceramento em que os presos podem ficar isolados por muitos anos. Eles ficam em celas individuais monitoradas por câmeras. As visitas são limitadas e monitoradas e ocorrem sem contato físico, atrás de um vidro. Em 2017, uma portaria proibiu as visitas íntimas no sistema federal; em 2019, outra portaria proibiu as visitas sociais. Como as cinco prisões federais estão no meio do nada e em estados diversos da origem dos apenados, muitos familiares sequer conseguem se deslocar. O que era para ser um isolamento provisório, de até um ano, virou um sistema de execução penal que contraria princípios da Constituição e tratados internacionais, como as Regras de Mandela, que consideram como “confinamento solitário prolongado” mais de 15 dias, proibindo essa prática explicitamente (regras 40 e 43). Estranhamente, o tema não foi julgado pelo STF (ADI 4.162 de 2008, da OAB). O RDD, lembrando, foi uma criação ilegal dos governos tucanos em São Paulo até que Lula encaminhou ao Congresso, em seu primeiro governo, projeto alterando a Lei de Execução Penal (LEP), oficializando o novo regime.

Quais os resultados produzidos pelo sistema que custa R\$ 40 mil/mês por preso, enquanto o custo mensal nos estados fica abaixo dos R\$ 3 mil, em média? É possível que ele tenha um ponto positivo: nos estados, os presos faccionados têm receio de serem transferidos para um presídio federal, o que pode explicar parte do fenômeno de redução de motins e parte da redução das taxas de homicídio entre facções. O sistema federal, entretanto, pode ter concorrido para a nacionalização do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) que, antes de 2006, ano de inauguração da primeira prisão federal em Catanduvas (PR), não possuíam a dimensão nacional de hoje. O isolamento de lideranças de facções pode cumprir um papel, mas o fato é que isso não afeta o modelo do negócio, porque o lugar do líder de facção deslocado do seu estado para o sistema federal não ficará vago. Então, não estamos tratando de resposta efetiva, mas de uma opção de gestão prisional. No mais, é preciso considerar que o RDD não recupera e que suas condições de isolamento são a causa de vários suicídios nas prisões federais. Levantamento realizado pela Defensoria Pública da União, em 2019, encontrou que quase todos os presos do sistema federal tinham problemas de saúde mental. Em Catanduvas, dos 153 presos, 138 faziam uso de medicação “tarja preta”.

Antes que algum gênio sustente que presos perigosos não possuem recuperação possível, preciso informar que, há mais de 40 anos, um dos mais amplos consensos na Criminologia contemporânea é a de que presos considerados de alto risco são, precisamente, os que melhor respondem a abordagens corretas de tratamento penal, como, por exemplo, o modelo RNR (*Risk, Need, Responsivity*), que seguem desconhecidas no Brasil. Pelo contrário, de maneira contraintuitiva, presos considerados de baixo risco costumam responder mal às iniciativas de tratamento penal, e submetê-los a tratamentos intensivos, aliás, aumenta os indicadores de reincidência (ver, por exemplo: GENDREAU, Paul; ROSS, Robert R. Revivification of rehabilitation: Evidence from the 1980s, *Justice Quarterly*, v.4, n.3, p. 349-407, 1987).

Se o governo e o Congresso estivessem a fim de discutir sobre o sistema penitenciário nacional, poderiam começar pelo alinhamento das medidas necessárias para superar a realidade definida pelo STF como “estado de coisas inconstitucional”, mas não. Na ausência de um projeto de reforma penitenciária, sem força ou vontade de questionar a guerra contra as drogas, a política mais amplamente fracassada do mundo, e dedicados à gestão política do medo, governo e oposição se preparam para apertar, mais uma vez, a tecla de sempre: mais restrições na execução penal e mais gente empilhada em prisões. Em síntese, a imaginação segue fora do poder. A ciência também.

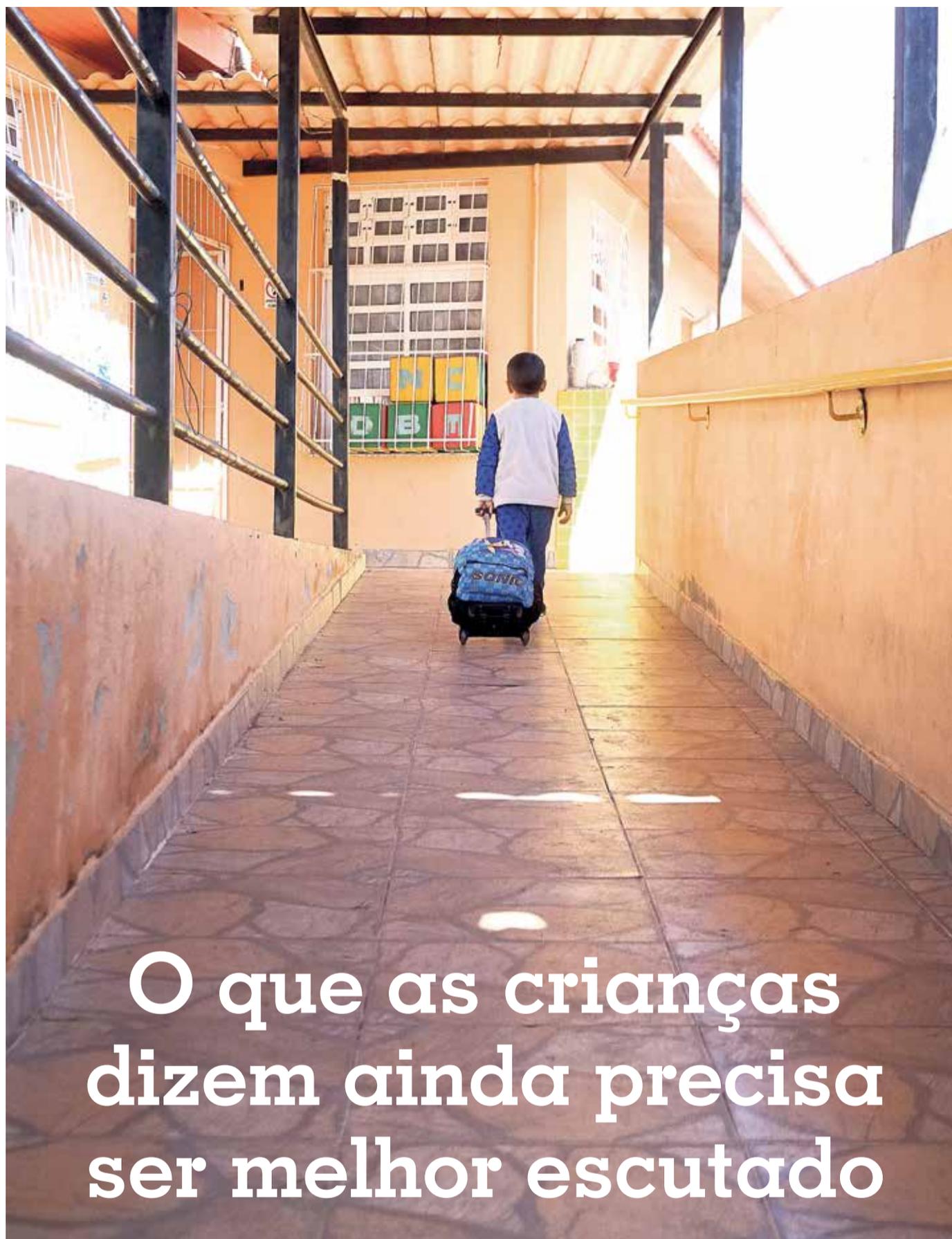


Foto: Igor Sperotto

O que as crianças dizem ainda precisa ser melhor escutado

por Débora Ertel

A pesquisadora Adriana Friedmann defende que adultos precisam de formação e preparo para aprender a escutar as crianças. Para ela, já existe um “grande movimento” de profissionais que já têm essa consciência diferenciada sobre a escuta das crianças, mas ainda é necessário conscientizar e sensibilizar a sociedade como um todo a esse respeito

Se tamanho não é documento, por que quando o assunto é dar importância ou simplesmente prestar atenção naquilo que as crianças falam, em muitas vezes a conversa fica de escanteio?

Em um mundo onde o avanço da tecnologia acelerou a comunicação e as redes sociais dão voz a quem tiver celular e sinal de wi-fi, a escuta que leva a sério o que os pequenos comunicam ainda vai na velocidade da internet discada.

Criadora e coordenadora do Mapa da Infância Brasileira e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento (NEPSID), Adriana Friedmann tem sido uma voz latente quando o assunto é a escuta das crianças, em especial das crianças pequenas.

Pedagoga, mestre em Educação e doutora em Antropologia, desde a década de 1980 atua como pesquisadora em instituições de educação e cultura, defendendo a necessidade de aprender a ouvir os sons que a infância produz.

A escuta defendida não é aquela realizada de qualquer jeito, apenas para que a criança não fique mais repetindo perguntas ou tomando o tempo do adulto, feita sem treino ou compreensão do mundo infantil. A escuta precocizada é a feita com qualidade e atenção, exercício que a sociedade, conforme Adriana diz, ainda não está pronta para desenvolver. “Por que a sociedade não está preparada? Porque, realmente, falta consciência e formação do quanto que as crianças trazem é importante para as suas vidas. O quanto escutá-las é importante”, dispara.

Segundo a pesquisadora, dar atenção para aquilo que as crianças falam, expressam de diferentes formas e com diferentes linguagens não é uma preocupação ainda na formação e na orientação das famílias, de professores e pediatras, entre outros profissionais que fazem parte do desenvolvimento da infância. De acordo com ela, falta o conhecimento a respeito da importância que a escuta tem. “É um tema muito novo, é uma pauta nova que as ciências vêm trazendo e as pesquisas vêm mostrando importância”, pondera.

Questionada sobre quais bagagens uma criança que não se sente ouvida leva para a vida adulta e quais impactos sociais, intelectuais e de relacionamento essa “não experiência” traz, Adriana responde que as consequências não podem ser ignoradas. A estudiosa chama atenção que, com frequência, o fato de a criança não ser aceita, de não ser como ela é ou de não ser acolhida na sua singularidade, são frustrações e traumas de não ter sido ouvida, “olhada, vista e reconhecida na sua potência”.

O impacto, em primeiro lugar, é emocional e o segundo, intelectual. “No sentido que talvez ela seja pressionada e haja expectativas em cima de cada criança, para que ela atenda a uma idealização dos pais e da escola. Não necessariamente ela empreenda um caminho para trabalhar com o seu perfil, com a sua potência, com seus interesses, suas necessidades e, justamente, também com suas limitações”,

avalia. Adriana lembra, ainda, que essa experiência da infância, em geral, afeta os relacionamentos entre os pares na vida adulta.

“Não há ninguém que não seja impactado quando não escutado, quando não reconhecido”, ressalta.

E aqui entra um tema importante, que, inclusive, foi revisto, mais uma vez, na Conferência Nacional de Educação (Conae): o não cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). A lei tem como uma das metas universalizar a educação infantil, uma oportunidade de os pequenos serem vistos e escutados. Para Adriana, as crianças são atores sociais e protagonistas. “E elas já, desde que nascem, trazem na sua pessoa um jeito de ser, uma potência, uma vida. Elas fazem parte de qualquer sociedade.

E a sua voz e seu jeito de ser importam”, declara. Por isso, o fato de a meta do PNE não ter sido cumprida não pode ser justifica-

do apenas pela falta de recursos. “Mas com a falta de conscientização a respeito da importância que tem, principalmente, os três primeiros anos de vida na formação do indivíduo e na potência desse adulto futuro”, avalia.

Apesar de a escola ser lugar de criança, a escuta qualificada ainda não é uma prática comum a todos os educandários. E isso acontece, como se diz no popular, porque o “buraco é mais embaixo”. Para a escola se tornar um canal de escuta qualificada, a pesquisadora defende um trabalho de formação e orientação, em primeiro lugar, dos adultos: professores, educadores, gestores e de toda a equipe da escola.

“De fazer um trabalho, primeiro, de orientação com eles, de colocar em prática esses momentos. De escutas diferentes dos momentos de ensino, de momentos de abertura, silenciamento e conexão com as crianças para perceber e conhe-

cê-las mais a fundo. Intermediando com os momentos em que, sim, o professor, o educador precisam transmitir conhecimentos”, descreve.

De acordo com a especialista, esse é o primeiro passo para que, depois, seja possível abrir uma outra porta de comunicação com as famílias. “E aí, sim, poder orientar as famílias e conscientizá-las sobre a importância que tem em escutar e conhecer seus próprios filhos através do brincar, das suas linguagens e produções”, defende.

Em Novo Hamburgo, por exemplo, a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omep-NH) promoveu o curso “Fala criança! Tô na escuta! A participação infantil na construção da cidadania ativa” no ano passado. A formação foi híbrida e reuniu, de julho a novembro, 50 educadores de seis municípios diferentes. Os participantes tiveram que elaborar um projeto de pesquisa sobre o assunto, sendo que 22 participaram de uma exposição.

Quando o cuidado é substituído por telas

Outro desafio a ser vencido no aprendizado de aprender a escutar é o uso exagerado de telas que, por diversas vezes, já fez até a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitir alertas sobre os riscos ao desenvolvimento das crianças. Diante de vídeos que se repetem, há uma criança que pouco se comunica. Para Adriana, o tema das telas na vida da criança é muito grave, situação que piorou na pandemia, quando os disposi-

tivos serviram como meio de comunicação com a família ausente.

“É um exemplo das telas substituindo o cuidado de pessoas de carne e osso. Isso, na verdade, é muito grave, porque a criança está vivendo um desequilíbrio, ela fica muito conectada cognitivamente com imagens que afetam profundamente seu emocional e a paralisa corporalmente.

As crianças ficam muito hipnotizadas e desconectam das suas

emoções e percepções”, argumenta. A sugestão de Adriana é encontrar um equilíbrio, com a criança tendo contato com telas o mais tarde possível. Além disso, ela orienta que, para os pequenos desenvolverem a criatividade, é necessário contato com diversos materiais, com artes, música e contos. “Principalmente que ela possa brincar sozinha e junto com outras crianças e adultos”, comenta.

Por fim, a doutora em Antropo-

logia sugere uma de suas obras para leitura para aqueles que desejam saber mais sobre o tema. É a publicação *A Vez e a Voz das Crianças – escutas antropológicas e poéticas das infâncias*, da editora Panda Educação, de 2020. “É um livro onde eu trago não só questões mais conceituais desse universo, mas também ideias e caminhos para poder realizar esse tipo de processo de escuta”, finaliza.

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

CASA do PROFESSOR
Hotel



Foto: Pedro Nakamura

Fumageira agricultores do cigarro e comba que os p

por Pedro

Contra o consenso de profissionais, agricultores e fumicutores, cigarros eletrônicos são nocivos, e liberá-los traria mais renda a 125 mil famílias de agricultores em apoio de fumicultores à pauta, no entanto, a indústria do cigarro de tentar suspender lei histórica dos agricultores, expondo a

Desde os seis anos trabalhando na fumicultura, Alair Fontoura, hoje com 60, teve um derrame em 2017 enquanto trabalhava na lavoura de tabaco. “Pode ter vindo do fumo mesmo, do estado de nervos, das coisas não funcionarem direito como é para ser”, relata o agricultor, que, na época, passava por uma crise depressiva. Ainda que as mãos trêmulas pelo derrame lhe dificultassem, voltou seis meses depois à lida no campo com a esposa, Tânia Rocha, 52, que, como ele, produz a folha desde criança. O casal mantém uma pequena propriedade de 14 hectares na zona rural de Camaquã, município a 130 km de Porto Alegre, no centro-sul gaúcho. Só nesta última safra, cultivaram 35 mil pés de tabaco. E, como outros fumicultores da região, estão excluídos do principal debate de hoje do setor, pautado pela indústria: “A gente não

sabe nada disso daí de cigarro eletrônico”, disse Alair à reportagem do *Extra Classe*.

Nos últimos anos, fumageiras têm feito um intenso lobby no país pela liberação dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), conhecidos como vapes ou cigarros eletrônicos. Esses produtos estão proibidos no Brasil desde 2009 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas uma onda de regulamentações, principalmente nos EUA e na Europa, reforçou a esperança da indústria em aprovar DEFs também aqui. Só entre 2021 e 2023, foram 43 reuniões para pressionar a agência a liberá-los, o que resultou na abertura em dezembro último de uma consulta pública para analisar novas regras aos vapes. A proposta é manter a proibição e ampliar restrições após um levantamento da Agência concluir que vapes não combatem o tabagismo, vi-

ciam, incentivam não fumantes a começarem a fumar e são usados junto a cigarros convencionais, com apelo especialmente entre os mais jovens.

Nesse embate, enquanto há consenso entre profissionais da saúde e a Anvisa de que os DEFs são nocivos, entidades ligadas à indústria argumentam que liberá-los faria bem à economia e isso beneficiaria pequenos agricultores como Alair e Tânia, que são evocados sempre que o setor põe o lobby na rua.

No país, eram 125 mil famílias produtoras de tabaco em 2023, uma quantidade em queda: o país tinha 198 mil em 2005, uma redução de quase 37% na mão de obra da cultura em 18 anos, segundo números da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Cerca de 95% da produção vem da Região Sul, de propriedades com um tamanho médio de 10,5 hectares,

a maioria no Rio Grande do Sul.

A promessa atual é que, além de turbinar a renda de agricultores com um suposto aumento na demanda por tabaco em folha, a liberação dos DEFs traria ganhos de até R\$ 16 bilhões em tributos, conforme estudo da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg). O valor se somaria aos cerca de R\$ 15 bilhões em impostos que os cigarros já rendem anualmente ao país.

“Há interesse individual das indústrias (no cigarro eletrônico), mas nunca conversamos e jamais os procuramos para debater acordos”, afirma o fumicultor Marcílio Drescher, presidente da Afubra, que defende a liberação por acreditar que uma fatia dos lucros chegará aos produtores rurais se o governo garantir o uso da folha na nicotina dos vapes e que nega influência da indústria no apoio da Associação. “Há milhões de fumantes usando DEFs e nós (produ-

...ras usam ...es no lobby ...eletrônico ...tem leis ...rotegem

Nakamura

...ais da saúde e da Anvisa de que
...ntidades do setor argumentam que
...nil famílias produtoras de tabaco. O
...entanto, não impediu a indústria do
...adual que atende a uma demanda
...a contradição do principal argumento

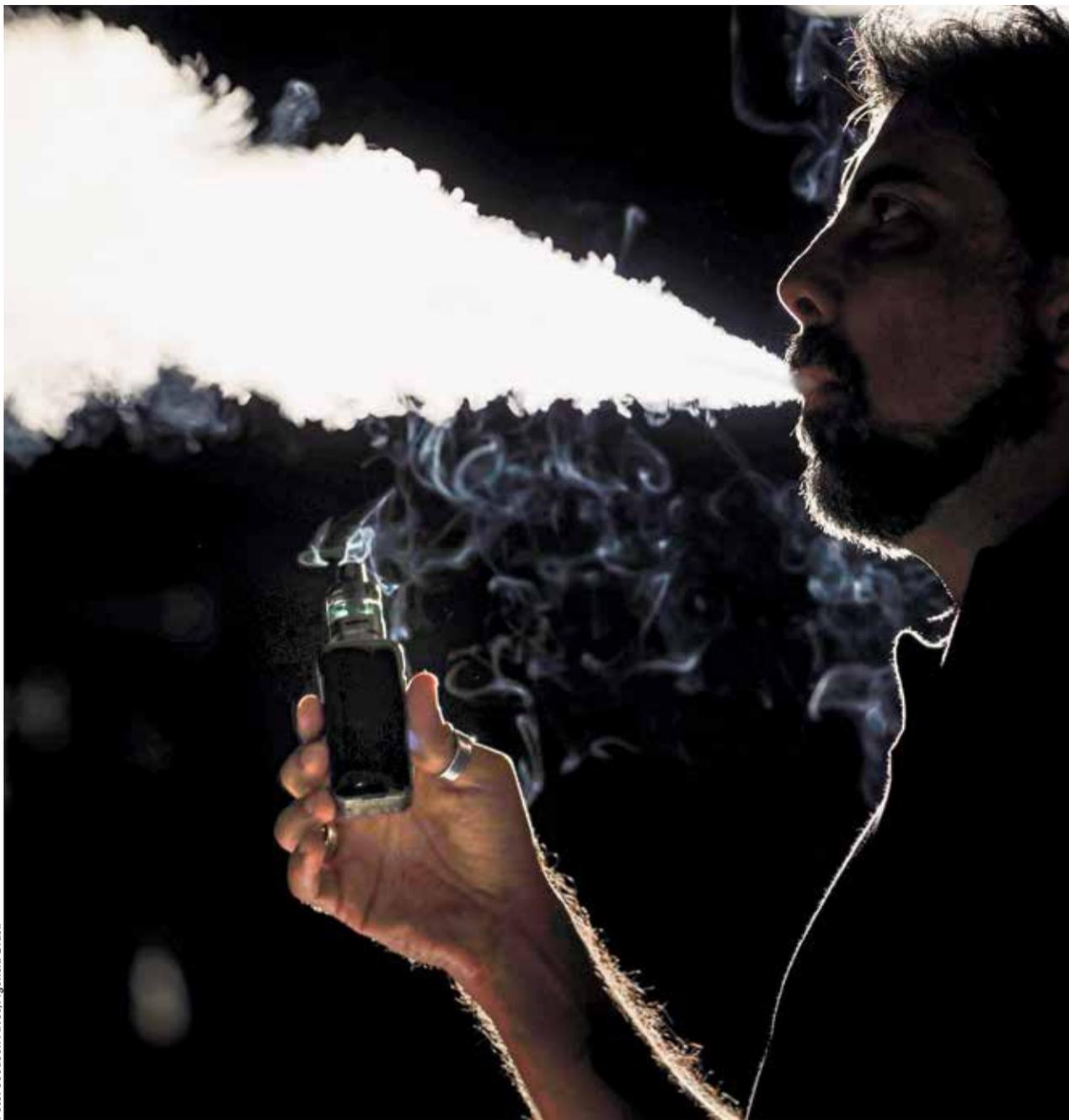


Foto: Joéison Alves/Agência Brasil

tores) não participamos desse mercado”, diz. Um relatório da Anvisa de 2022, entretanto, indicou que esses dispositivos usariam quantidades de fumo por unidade menores que as dos cigarros tradicionais, o que poderia trazer “um impacto negativo na demanda por tabaco”.

Hoje, tramita no Senado um projeto de lei (PL) da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) que libera os vapes no país e teria tido o apoio da indústria em sua formulação, de acordo com a Agência Pública. O texto, contudo, não obriga o uso do fumo em folha nos DEFs.

VOLTA À MODA – Os supostos benefícios do setor à economia, porém, não chegam perto dos danos que os cigarros causam à saúde dos consumidores. Ainda hoje, o fumo mata cerca de 168 mil brasileiros ao ano, está ligado a quase 90% dos casos de câncer de pulmão e gera por volta de R\$ 50 bi-

lhões em custos anuais ao Sistema Único de Saúde (SUS). Se somados os impactos sociais do tabagismo, como a perda de produtividade no trabalho e o custo do tempo de cuidado despendido por familiares às vítimas do cigarro, esse total sobe para cerca de R\$ 125 bilhões em prejuízos ao país. Os números são de um estudo da Universidade de Buenos Aires, o qual contou com o apoio de pesquisadores da Fiocruz e do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Na avaliação dos especialistas, o objetivo da indústria com DEFs é garantir a renovação do público fumante, já que a má fama do cigarro convencional afasta consumidores mais jovens. “É uma estratégia de recolocação da nicotina”, define a farmacêutica Silvana Turci, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) da Fiocruz, que vê a tecnologia como arriscada

também para a própria produção rural. “No cigarro eletrônico, usam uma nicotina sintética e a cada dia menos folhas de tabaco serão consumidas”, alerta.

Na estratégia pela liberação do vape, a mesma já usada pela indústria para se opor à proibição do fumo em lugares fechados ou a aumentos na tributação de cigarros, políticos e entidades ligados às fumageiras usam o discurso de “combate ao mercado ilegal” e a “defesa da fumicultura” para tentar minar medidas antitabagistas.

Até agora, no entanto, o método não teve sucesso. Só no Brasil, em 30 anos, de 1989 até 2019, a quantidade de fumantes caiu de 34,8% da população em 1989 para 12,6% em 2019, segundo o Inca. Em nível global, o índice de maiores de 15 anos que fumam foi reduzido de uma a cada três pessoas em 2000 para menos de uma a cada quatro em 2020, conforme levantamento

da Organização Mundial da Saúde (OMS). São esforços que acontecem porque o tabagismo é considerado uma doença crônica e a principal causa de morte evitável do mundo, o que motivou a adoção internacional de medidas de controle do tabaco em um tratado global, coordenado pela OMS e ratificado por 182 países, em 2001.

“Existe uma contradição irreconciliável entre os interesses da indústria do tabaco e a saúde pública”, diz a médica sanitária Vera da Costa e Silva, secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), nome do acordo internacional. “A indústria usa produtores rurais e o contrabando para promover sua agenda”, completa. Com isso, para se opor à OMS, fumageiras fazem chegar aos agricultores o discurso de que o objetivo da convenção é acabar

com o plantio de tabaco. Na região de Camaquã, onde moram Alair e Tânia, contudo, a queda no

número de famílias fumicultoras e a redução na área plantada estão ligadas ao avanço da soja. Aos

poucos, médios e grandes produtores têm arrendado as terras dos menores para cultivar o grão.

“O fumo em si não vai terminar”, aposta Alair. “Vai terminar os produtores.”

Fumicultores não podem discordar da indústria

Apesar da forte pressão pela liberação do vape em nome dos fumicultores, a principal demanda deles é pela aprovação da classificação do fumo no galpão, medida que garantiria mais poder de barganha aos agricultores diante das fumageiras.

Há décadas, o preço da folha é determinado por sua classificação em categorias que definem a qualidade do fumo com base em critérios como cor, textura, pureza e umidade. “É um trabalho de um ano inteiro avaliado em dez, quinze minutos”, resume Tânia Rocha, que lamenta das vezes em que teve boas safras mal pagas pelas fumageiras. Ela e Alair costumavam dormir mal às vésperas do envio de seu tabaco às indústrias sediadas no Vale do Rio Pardo, a quase 250 km da propriedade onde moram.

É um funcionário delas quem avalia no olho em uma esteira qual a classe dos fardos de tabaco (logo, quanto eles valem), e se o agricultor discordar, o ônus é dele – do frete de volta para casa à desvalorização do produto no caminho. “O cara tem que se ajoelhar e implorar para o classificador te pagar direito, e nem isso adianta”, ironiza Alair.

Desde os anos 2000, deputados tentam aprovar uma norma que satisfaça a demanda da classificação no galpão em parlamentos estaduais e na Câmara Federal, mas esbarram na resistência das fábricas de cigarro. A medida viabiliza que agricultores discordem da classificação dada pelas fumageiras. Só no fim de 2022, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) conseguiu aprovar a regra. Em novembro, porém, antes de ser aplicada nesta safra 2023-24, o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), que reúne as principais fumageiras e exportadoras de fumo do país, emplacou sua suspensão na Justiça sob a alegação de inconstitucionalidade.

A indústria argumentou que a Lei “interfere” nos contratos assinados entre empresas e produtores, impede a livre concorrência e restringe a “liberdade empresarial” do setor, conforme trecho da liminar, concedida pela Justiça, revisada pelo *Extra Classe*.

“Todo o processo de produção do tabaco evoluiu muito nos últimos anos, com novas tecnologias e máquinas, mas a única coisa que não muda é esse formato de compra porque é na classificação

que está o centro do exercício do poder econômico deles”, avalia o deputado estadual José Nunes (PT), que propôs a lei, agora suspensa. Desde então, a constitucionalidade da norma segue sendo examinada pelo Tribunal de Justiça (TJ-RS).

Já vislumbrando a aposentadoria, Alair e Tânia não se veem mais dispostos ao estresse de levar fumo às esteiras de classificação das fábricas. “É melhor vender no galpão (de casa) porque aqui você resolve em família”, garante Alair. A suspensão solicitada pelo Sinditabaco pegou até a Afubra de surpresa. O evento de abertura da colheita de tabaco, que anualmente reúne o setor em municípios

produtores do Rio Grande do Sul prevista para dezembro último, acabou cancelado em meio ao mal-estar.

“Algumas das próprias empresas estavam preparadas ou se preparando para cumprir a lei. Aí no meio do caminho, surgiu essa liminar”, lamenta Drescher. “Não disseram nem a nós (o motivo).” Ao *Extra Classe*, o Sinditabaco disse que não iria comentar sua ação contra a lei estadual.

Conforme a assessoria jurídica da ALRS, o Sinditabaco contratou um dos maiores juristas do país, o ex-desembargador do TJRS Ingo Sarlet, para fazer um parecer contra a lei, tarefa que já teria sido cumprida recentemente.

Foto: Tio/ALRS



Projeto do deputado estadual José Nunes (PT) foi aprovado em 2022 depois de 7 anos de tramitação e celebrado por agricultores. Em novembro de 2023, uma liminar do TJ suspendeu a aplicação da Lei, que prevê classificação do fumo na propriedade dos produtores

*Esta reportagem foi desenvolvida com o apoio da bolsa “Tabaco: a indústria de mil faces e o jornalismo sistêmico”, do site O Joio e o Trigo, em parceria com a Aliança de Controle do Tabagismo (ACT).

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinpro.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinpro.org.br

A babel teológica por trás do apoio de evangélicos aos Estados Unidos e a Israel



Foto: Roverna Rosa/Agência Brasil

por Marcelo Menna Barreto

A grande adesão de segmentos evangélicos na defesa incondicional de Israel no conflito que foi deflagrado em 7 de outubro de 2023 pelo Hamas não é uma novidade, nem uma exclusividade brasileira, mas chama a atenção por contradições, pelo seu alinhamento à extrema direita global e pelo seu interesse de intervir no Estado

Se, de um lado, memes nas redes sociais dão conta de uma possível incoerência no apoio de cristãos a um grupo religioso que nega veementemente a divindade de Jesus Cristo, de outro se vê um fenômeno originado em uma grande miscelânea de pensamentos, alguns até mesmo divergentes.

“Trata-se de uma babel teológica.” É o que diz o pastor Hermes Fernandes, doutor em Ciência da Religião pela Faculdade de Ciências Filosóficas e Teológicas do Estado do Rio de Janeiro e doutor *Honoris-Causa* em Escatologia pelo Instituto Teológico-Filosófico Latino-Americano. Leia-se como escatologia o segmento da teologia que investiga o “fim dos tempos”.

Não à toa, o pastor menciona o mito bíblico para estabelecer a comparação. No Gênesis, os homens, que até então falavam uma mesma língua, almejavam construir uma torre para alcançar os céus. Deus teria provocado confusão ao estabelecer que esses homens passassem a falar diferentes idiomas, evitando assim que se entendessem para executar o ousado projeto.

Psicólogo, teólogo e bispo consagrado pela International Christian Communion (comunhão que reúne bispos de tradição anglicana/episcopal dos cinco continentes), Fernandes relata a mistura de duas visões bíblicas que “têm muito mais pontos de divergência do que de convergência”, as teologias de domínio e de dispensacionalismo.

“Eu não sei como essas duas convergiram, mas eu sei que o ponto de convergência foi o neopentecostalismo. Ele conseguiu prover um solo fértil para o cruzamento dessas teologias, até porque o neopentecostal não é muito afeito a um aprofundamento teológico. O neopentecostal é

mais de sensações, aquela histeria toda, né?”, registra.

Para Fernandes, confissões evangélicas mais tradicionais e um pouco mais profundas teologicamente conseguem perceber que não tem como casar a teologia de domínio com o dispensacionalismo.

“São coisas muito diferentes. Mas água e óleo conseguem se misturar dentro do neopentecostalismo, por incrível que pareça”, exclama o religioso.

Abraçada pela maioria dos evangélicos do Brasil, a escatologia dispensacionalista acredita que Deus tem dois povos na terra (os judeus e os cristãos) e, por consequência, duas agendas. Para o primeiro, um propósito mais terreno; para os cristãos, que são denominados de a Igreja, celestial.

Já no enfoque de domínio, a crença é no chamado destino manifesto, que aponta os Estados Unidos como o novo Israel e detentor da missão de construir no mundo a nova Jerusalém. “Eles (*defensores da tese de domínio*) acreditam que Deus tem um povo só, que esse povo é a Igreja e que a Igreja é o novo Israel”, explica Fernandes.

Por essa disparidade com a visão dispensacionalista, a de domínio não nutre o mesmo apreço por Israel.

“Pelo contrário. Eles têm até uma certa aversão ao povo judeu. E eu digo ao povo judeu, não digo ao Estado de Israel. Não os classificaria assim como antissemitas propriamente, mas que essa aversão é por causa da crença de que o povo de Deus é a Igreja”, acentua o pastor.

A mistura da água e óleo consegue fazer dispensacionalistas que viram na formação do Estado de Israel em 1948 o pontapé inicial de uma série de profecias que deverão culminar com a volta de Jesus e no arrebatamento de cristãos no Armagedon – a batalha final de Deus contra a sociedade humana iníqua –, com o que Fernandes identifica como o maior problema da escatologia de domínio.

“Eles querem trazer para os dias atuais as leis de Moisés. É como se Deus tivesse o objetivo de instaurar no mundo uma teocracia, que eles chamam de reino de Deus”, explica.

“Como na teologia de domínio o papel da igreja é estabelecer o reino de Deus na Terra através das leis, eles chegam a defender, por exemplo, a instituição da escravidão”, ressalta Fernandes, ao lembrar de um dos expoentes dessa vertente de pensamento que viria a um evento da Consciência Cristã, uma associação conservadora de igrejas evangélicas no Brasil, durante o Carnaval deste ano. A referência é ao pastor Douglas Wilson, que cancelou sua presença diante da repercussão.

Wilson defende o direito de cristãos escravizarem negros, com o falso argumento de que essa é uma autorização presente na Bíblia.

Ele é um dos principais líderes do chamado “nacionalismo cristão”, o qual se envolveu na invasão do Congresso norte-americano em 6 de janeiro de 2022 para tentar impedir a posse de Joe Biden.

“Eles defendem também a misoginia com muita naturalidade porque, para eles, Deus fez o homem superior à mulher; eles são xenófobos, porque defendem os Estados Unidos como o novo Israel. Eles defendem o armamento da população, a pena de morte. Tem teólogos de domínio que são a favor da pena de morte aplicada a homossexuais. Tudo isso vem no bojo porque eles vão pegando trechos do Velho Testamento para justificar”, completa Fernandes.

Uma coisa é certa para o teólogo nessa mistura de visões bíblicas que, mesmo antagônicas, está cada vez mais influenciando a população evangélica no Brasil.

“Cristo passa muito longe disso tudo. E não há interesse deles (*pastores neopentecostais*) em pregar o Evangelho, a graça, a nova aliança. Não há porque isso é contraproducente do ponto de vista financeiro. Isso não gera nada”, lamenta Fernandes.

Sinpro/RS dá início às negociações coletivas para a educação básica e a superior

Pautas de reivindicações dos professores foram definidas nas respectivas assembleias realizadas no dia 2 de março. Entre as demandas, estão reajuste salarial e melhores condições de trabalho



Foto: Igor Spectro

Negociações com representações patronais ocorrem em duas câmaras específicas por nível de ensino. Na foto, a mesa da educação básica do ano passado

Assembleias dos professores da educação básica e da educação superior, realizadas no dia 2 de março, aprovaram as pautas de reivindicações para as tratativas das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) 2024. As negociações com os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS) se iniciam já na segunda semana de março.

No centro da pauta da educação básica, estão o reajuste salarial; a redução da diferença salarial na educação infantil e nos anos iniciais, na comparação com os anos finais da educação básica; a renumeração do trabalho realizado para a inclusão de estudantes atípicos, e a definição de protocolos para uso de celulares em sala de aula.

"A média de reajuste das mensalidades escolares foi mais do que o dobro da previsão da inflação para o período de março de 2023 e fevereiro de 2024, data-base dos professores", observa a professora Cecília Farias. Até o mês de janeiro, o INPC registrou inflação de 3,82%. A inflação do mês de fevereiro deve ser divulgada em meados de março. Já o reajuste das mensalidades, se-

gundo pesquisa do sindicato das escolas (Sinepe/RS), ficou, em média, 8,6%.

A dirigente sindical também destaca o crescimento do número de alunos no ensino privado. "Há escolas com fila de espera", relata. De acordo com os dados do Censo Escolar 2023, o número de matrículas no ensino básico privado, no Rio Grande do Sul, totalizou 500.466, revelando crescimento em relação a 2022 de 8,8%, com acréscimo de 40.674 matrículas. Nos últimos 10 anos (2014-2023), o número de matrículas na rede privada gaúcha cresceu 26,8%. Cecília destaca, ainda, os investimentos das instituições em estrutura física. "Agora está na hora de fazer investimento nos professores, peças-chave no processo ensino-aprendizagem."

Na pauta de reivindicações da educação superior, estão o reajuste salarial; a recuperação de direitos flexibilizados durante a pandemia, a defesa da empregabilidade contra o esvaziamento contratual dos professores e a regulamentação trabalhista da atividade docente na educação a distância, entre outros pontos.

O cenário das negociações da

educação superior não acompanha a expansão observada na educação básica, mas já revela sinais de melhora, se comparado aos anos anteriores, conforme o professor Marcos Fuhr, dirigente do Sinpro/RS, que integra a comissão de negociação da educação superior.

"Pelos primeiros indícios, percebe-se o estancamento do processo de redução de estudantes", pontua Fuhr. "E há perspectiva de superação da crise, com a retomada das políticas públicas de financiamento estudantil, a partir do segundo semestre."

Ele cita também como positivo a retomada dos cursos presenciais de licenciatura, com o programa Professor do Futuro do governo do estado.

LIBERATO E UERGS – Em assembleia no dia 26 de fevereiro, os professores da Fundação Liberato aprovaram a proposta, negociada pelo Sinpro/RS com o governo estadual, para a conclusão das negociações, com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A mesma proposta foi apresentada e aprovada pelos professores da Universidade Estadual do Rio Grande

do Sul (Uergs) em assembleia no dia 27 de fevereiro. Entre os destaques, está o reajuste de 18,02%, o qual será pago de forma gradual, sendo 4,51% em fevereiro e 4,31% em outubro deste ano; e 4,13% em abril e 3,97% em outubro de 2025. O percentual de reajuste representa as perdas salariais dos professores acumuladas até fevereiro de 2023. A partir de 2024, a data-base dos professores da Liberato e da Uergs passa a ser 1º de junho.

SISTEMA S – Os professores que atuam nas instituições do Sesi e Senai estão avaliando, em assembleias nos locais de trabalho e também virtual, a proposta negociada pelo Sinpro/RS com o sindicato patronal (Sindepars), visando à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Até o fechamento desta edição, o processo ainda não havia sido concluído. Entre os destaques da proposta, estão o reajuste salarial de 3,71%, retroativo a janeiro; o reajuste do vale-refeição para R\$ 40,00, o reajuste no reembolso-creche para R\$ 350,00 e a manutenção das demais cláusulas da CCT. A data-base da categoria é 1º de janeiro.

Um ano depois da festa do centenário, o IPA fecha suas portas definitivamente

Um ano após a festiva comemoração do seu centenário, o Centro Universitário Metodista (IPA) encerrou definitivamente suas atividades. O abraço coletivo promovido pela comunidade escolar no começo do ano passado para celebrar os 100 anos da instituição, hoje fica na memória como uma despedida. Pela primeira vez desde 1923, o ano letivo do RS se inicia com os portões do IPA fechados.

“Infelizmente, se confirmou aquilo que o Sindicato havia constatado a partir das medidas administrativas anunciadas no início do segundo semestre de 2023: encerramento de cursos e a transferência de estudantes para outras instituições, mantendo apenas os formandos”, contextualiza Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Na época da divulgação das medidas, em agosto, a assessoria de comunicação da Reitoria rebateu a tese de fechamento e chegou a dizer que se tratava de uma

“reestruturação financeira para não haver fechamento”.

Informou, também, que estaria sendo preparado um material a ser anunciado antes do final do ano sobre como funcionaria o “novo IPA”, após a “reestruturação dos cursos deficitários”, o que nunca aconteceu.

Na ocasião, o Centro Universitário enfrentava a mais profunda crise de sua história, com salários atrasados, imóveis leiloados e uma recuperação judicial em andamento.

Somou-se a este quadro a greve de professores, quando no dia 22 de agosto, depois de mais de um mês de atraso no pagamento de salários e convivendo com uma política de inadimplência salarial recorrente nos últimos anos, os docentes decidiram paralisar suas atividades.

Com o fechamento do IPA e da Faculdade Metodista Centenário, em Santa Maria, a Rede Metodista deixa de ter educação superior no estado. Depois da venda do IE

Foto: Igor Sperotto



Com o fechamento do IPA, em Porto Alegre, e da Faculdade Metodista Centenário, em Santa Maria, a Rede Metodista deixa de ter educação superior no estado

(Passo Fundo) para um investidor em 2022, restam em atividade três escolas de educação básica: Centenário (Santa Maria), União (Passo Fundo) e Americano (Porto Alegre).

“O Sindicato lamenta profundamente que isso tenha acontecido, considerando a trajetória de contribuição do IPA para educação do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma instituição que chegou a ter, em seu auge, 13 mil alunos espa-

lhados em várias unidades na Capital”, destaca o dirigente sindical.

O IPA, que em sua trajetória ofereceu 22 cursos de graduação, entre eles os reconhecidíssimos cursos de Fisioterapia, Terapia Educacional e Educação Física, encerrou suas atividades com cerca de 100 estudantes (formandos) e aproximadamente 50 professores. Foram extintos 135 postos de trabalho durante o processo que começou em 2021.

Método de fechamento é padrão na Rede Metodista

O processo de encerramento das atividades do IPA vem repetindo os mesmos passos da Rede Metodista em outras de suas instituições. Em fevereiro de 2021, a mantenedora anunciou o fechamento dos cursos

de ensino superior em três campi da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), de São Paulo. As justificativas dadas foram a busca do equilíbrio financeiro e a retomada do crescimento. Os alunos

receberam comunicados por e-mail informando a decisão e solicitando seu comparecimento à universidade para detalhar as “soluções alternativas”. O mesmo ocorreu em 2020 com o tradicional e também cente-

nário Colégio Bennett, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e com o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, de Belo Horizonte, em dezembro de 2023 (a escola de mesmo nome já havia fechado em 2020).

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Reclamatória trabalhista com reconhecimento de vínculo sem prova material e efeitos previdenciários

Temas repetitivos em matéria previdenciária estão alcançando as instâncias máximas da Justiça. Entre eles, estão a questão envolvendo o direito do trabalho e o reconhecimento de vínculo trabalhista e a exigência do INSS para que tal reclamação seja instruída, necessariamente, com prova material.

A razão dessa exigência está na Lei Previdenciária ao estabelecer para os processos administrativos a instrução dos mesmos com início de prova material. O Direito do Trabalho se fundamenta pelos princípios da oralidade e simplificação. A visão normativa do Direito Previdenciário, ao exigir o reconhecimento de tempo de contribuição mediante início de prova material, acaba por gerar notória desvalorização da sentença trabalhista. Esse debate está em pauta no Superior Tribunal de Justiça.

A justiça laboral tende a responder ao direito dos trabalhadores diante da prova oral, dos fatos e da realidade multifacetada da sociedade brasileira.

São notórias situações bastante adversas à contratualidade, como contratações análogas à escravidão, sem formalização, sem garantias sociais, impondo residência no local da prestação de serviço e, ainda, mediante terceirização desta prestação de serviço.

Para o Direito do Trabalho, esta comprovação relativa ao contrato pode se dar mediante prova testemunhal dispensando prova documental. Aliás, se há motivação de fraude ao contrato, por certo o contratante evitará todas as formas de documentar esta atividade.

O Direito Previdenciário exige um mínimo de prova documental para validação e cômputo como tempo de contribuição. Várias são as situações que dificultam essa prova material, inclusive no âmbito do ensino, seja no magistério, seja em relação aos trabalhadores da educação.

Não é raro em toda a atividade econômica que empresas deixem de atuar por não haver mais interesse na atividade, por má gestão ou falência; não difere em relação às entidades de ensino.

Justiça homologa novo PRJ da Aelbra e encerra Recuperação Judicial

O juiz da Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo, Alexandre Boeira, homologou, no dia 9 de fevereiro, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) da Aelbra, que foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores (AGC) em dezembro de 2023. Na mesma decisão, o Juiz também sentenciou o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

A análise da Justiça não considerou a viabilidade ou não do PRJ construído pela Aelbra e pelos credores. A Justiça apenas se limitou a examinar os requisitos de validade dos atos jurídicos realizados.

O Juiz desconsiderou a recomendação do Ministério Público

Estadual (MP/RS) e a impugnação apresentada por um dos credores.

Os Sindicatos de trabalhadores, protagonistas nas negociações que resultaram no produto do novo PRJ, avaliam positivamente a homologação do Plano Substitutivo, na medida em que permite a retomada do processo de venda dos imóveis e de pagamento dos valores já depositados aos credores.

ENCERRAMENTO – Na mesma decisão, o Juiz também decidiu pelo encerramento do processo de RJ. Segundo ele, a Lei 11.101/2005 prevê que o prazo máximo que um devedor pode ficar em RJ é dois anos, contados da data da concessão da RJ.



Foto: Igor Sperotto

O encerramento do processo de recuperação pelo transcurso do prazo de dois anos não autoriza qualquer alteração no PRJ ou des-

cumprimento por parte da Aelbra, que permanecerá sujeita ao seu cumprimento sob pena de decretação de falência.

URCAMP

Reitor renuncia e deixa pendências para sucessor

Neste início de semestre letivo, em meio à volta do fantasma da inadimplência no pagamento de acordos vigentes, o Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp) terá nova troca de comando na Reitoria. A renúncia anunciada pelo reitor Antônio Evanhoé Sobrinho, há um ano no cargo, será em favor de seu vice, o professor Guilherme Bragança. Evanhoé ficou obrigado a se desincompatibilizar da Urcamp para assumir docência no IFSul, que exige dedicação exclusiva.

O fato trouxe surpresa à comunidade acadêmica da Urcamp, já

que foi grande o acirramento das últimas eleições e da disputa jurídica e política entre a sua chapa e a da antiga reitora Lia Quintana. O resultado da eleição, diante de uma espécie de empate técnico, teve de ser decidido por critérios controversos de desempate e de contagem de votos, com várias reviravoltas. A chapa de Lia chegou a ser declarada vencedora em um primeiro momento.

Foram meses de conflitos dentro e fora da esfera jurídica. O lance final (até agora) foi a demissão por justa causa da ex-reitora no ano passado. Ela se recusa a

comentar o episódio. O caso também está na Justiça e deverá ter desdobramentos.

A transição da gestão de 2022 para 2023 foi tumultuada tanto na Reitoria como na sua mantenedora, a Fundação Áttila Taborda.

Apesar do otimismo do futuro ex-reitor, uma das marcas da nova gestão foi a volta dos atrasos salariais. E ele deixa para seu sucessor a responsabilidade de restituir a normalidade dos pagamentos pendentes da instituição com os docentes.

Segundo o Sinpro/RS, "há extensas pendências de verbas rescisórias,

algumas, inclusive, de professores demitidos por esta gestão e de parcela de acordo firmado também por esta gestão", explica Marcos Fuhr, diretor do Sindicato.

"Estamos bastante preocupados com o rumo que as coisas estão tomando e com grande expectativa de como será 2024. Fizemos um acordo depois de longa negociação para o equacionamento de pendências oriundas da gestão anterior e que vem sendo cumprido de forma muito espaçada e com muitos atrasos. Preocupam-nos especialmente as pendências de verbas rescisórias", pondera Fuhr.

SINDICALIZAÇÃO

Campanha do Sinpro/RS busca 2.230 novos associados

Com o slogan *Somos especialistas em você*, a Campanha de Sindicalização 2024 do Sinpro/RS, lançada em fevereiro, destaca os serviços e as ações do Sindicato na defesa dos direitos dos professores. A meta é aumentar seu quadro social em 2.230 novos sócios, para manter a média de 60% da categoria associada. Neste ano, os professores que sindicalizarem dois ou mais colegas receberão um guarda-chuva personalizado de brinde.

"Ano após ano, buscamos lembrar e sensibilizar os professores de que os direitos não são concessões dos empregadores, mas conquistados com muita luta", pontua Cecília Farias, diretora do Sindicato. O Sinpro/RS negocia anualmente com as representações patronais as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) para cada nível de ensino.

"A proteção dos salários e a manutenção das condições de tra-

balho dos professores são resultados da habilidade de negociação do Sinpro/RS", ressalta Cecília. "E a associação dos professores ao Sindicato torna a entidade mais forte e representativa."

A Campanha também destaca os serviços prestados pelo Sindicato aos professores. Entre eles, estão a assessoria jurídica nas áreas trabalhista, cível, criminal e previdenciária; a oferta de planos de saúde e odontológico mais acessí-

veis, conveniados com a Unimed, CCG e Uniodonto; o Hotel Casa do Professor, em Porto Alegre; o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); a Plataforma Somos, com orientações e práticas de qualidade de vida; o jornal *Extra Classe*, a *Revista Textual* e o site do Sinpro/RS.

FORMULÁRIO ON-LINE – Para facilitar o processo, o Sinpro/RS disponibiliza a ficha de sindicalização no site (www.sinprors.org.br).

EDUCAÇÃO INFANTIL

Assinada 1ª Convenção Coletiva dos professores das escolas comunitárias

Após um longo período de negociações e assembleias, iniciado em meados de 2023, foi assinada, em fevereiro deste ano, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam em mais de 200 escolas comunitárias de educação infantil no Rio Grande do Sul.

Trata-se do primeiro documento exclusivo para esta parcela da categoria, negociado pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com o Sindicato Interestadual das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas (Sinibref). A íntegra pode ser acessada no site (www.sinprors.org.br) e no aplicativo do Sinpro/RS.

Com a assinatura da CCT, os docentes que atuam nesses estabelecimentos de ensino passam a contar com uma série de direitos e benefícios que até então não tinham, como a contratação como professor para o exercício da docência, piso salarial, cláusulas sociais e a obrigatoriedade de acompanhamento do Sindicato nas homologações das rescisões contratuais.

“Uma educação de qualidade precisa começar bem, e esse início é realizado pelos professores

da educação infantil. Um trabalho que precisa ser reconhecido e valorizado”, destaca a professora Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, fazendo referência à importância desta CCT para os professores e professoras.

Ela aponta ainda que, além da garantia de direitos, os professores passam a usufruir de benefícios e serviços especializados oferecidos pelo Sindicato.

Entre eles, estão o suporte da direção do Sindicato na sede estadual, nas regionais e em visitas nas próprias instituições de ensino, a assessoria jurídica, o Hotel Casa do Professor, os planos de saúde mais acessíveis e as centenas de estabelecimentos conveniados com descontos especiais em todo o estado.

NEGOCIAÇÕES – “As escolas comunitárias de educação infantil passaram a integrar a base do Sinpro/RS em 2023. Desde abril do ano passado, o Sindicato vem promovendo reuniões de negociação na busca por regularizar a contratação desses professores como docentes de fato”, explica Margot.

Inicialmente, sem a definição de um sindicato patronal, o Sinpro/RS, juntamente com o Fórum das Entidades Comunitárias, buscou firmar acordos individuais com as instituições comunitárias no Rio Grande do Sul. Com a negativa de algumas escolas em firmar acordo, o Sinibref assumiu a representação patronal, dando início às negociações com o Sinpro/RS a partir de outubro.

Em janeiro deste ano, após a conclusão das reuniões, o Sindicato promoveu uma Assembleia Geral para que os professores avaliassem a proposta que resultou do processo negocial. O documento foi aprovado por 91,7% dos participantes, em votação on-line, em cédula única e pessoal.

O documento já está em vigor e tem validade de um ano. A data-base da categoria é 1º de janeiro.



Foto: Divulgação

Reunião de negociação realizada em 2023, em Porto Alegre



As narrativas mais antigas sobre o surgimento da atividade física vêm da pré-história, quando já se via importância de ser forte para simplesmente se proteger, caçar e sobreviver. O treinamento consistia em lutar uns com os outros no intuito de ficar mais resistente e potente.

A partir daí, as práticas físicas vêm se adaptando às demandas da sociedade. Um exemplo mais recente foi durante a pandemia, quando a alternativa foi praticar exercícios em casa e de forma remota em busca de saúde física e mental.

O exercício regular promove saúde. É indiscutível!

A Organização Mundial da Saúde assevera que a atividade física regular é primordial no auxílio da prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis. Estudos atestam, ainda, que a prática regular ajuda a inibir quadros comuns no envelhecimento, como a osteoporose e a sarcopenia, além de ser uma aliada no combate ao sobrepeso.

O exercício traz bem-estar. É fato!

O bem-estar pode ser descrito como um estado de satisfação em que nos sentimos bem física e emocionalmente. Pois bem, o exercício regular contribui fisiologicamente para alcançar essa condição através de um hormônio, a endorfina, que é liberado durante e após a prática de atividade física.

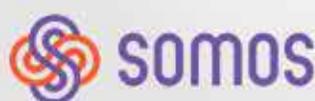
A endorfina traz percepções de alegria e euforia, diminuindo o mau humor e o cortisol (hormônio do estresse), e ainda regula o sono, o que, por si só, já é um colaborador para a nossa saúde.

Vamos praticar? Oferecemos para você e seus dependentes:

Aulas online de Ativação Corporal em tempo real, através do Facebook do Sinpro/RS – nas terças-feiras, das 18h30 às 19h30; e, aos sábados, das 9h às 9h30. Basta acessar a plataforma e praticar com um profissional qualificado.

Disponibilizamos uma plataforma digital com videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas light e muito mais. Tudo isso num clique. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes: <http://somos.pacevida.com.br/sinprors/>

Se você reside em Porto Alegre, venha participar do MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada Orientada. Se inscreva: <https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>



Denise Pinheiro, diretora técnica da Peace Consultoria Esportiva – CREF: RS-008882



A dança de rua que chega a Paris como esporte olímpico

por Ernani Campelo
fotografia Igor Sperotto

Na velocidade do mundo globalizado, o esporte se modifica em busca da atenção das novas gerações. Os Jogos Olímpicos, principal evento poliesportivo do mundo, acompanham essa tendência proporcionando o ingresso de novas modalidades, como surfe, skate e escalada. Na edição deste ano, em Paris, na França, na esteira do sucesso dessas modalidades, será a vez da estreia do breaking. O fato já repercute nas comunidades gaúchas onde a dança de rua ganha novo estímulo

Das ruas de Nova Iorque ao maior palco dos esportes, o *breaking* é um estilo de dança urbana que se originou no bairro nova-iorquino do Bronx, na década de 1970, quando foi criado pelas comunidades negra e latina com o objetivo de pacificar disputas na região. Na década de 1980, espalhou-se pelo mundo. No Brasil, foram incorporados novos elementos à dança, que, muitos anos depois, passou também a ser considerada uma modalidade esportiva. É uma forma de esporte que combina dança urbana com movimentos do atletismo e ações acrobáticas. A dança *breaking* é um dos quatro pilares da cultura hip hop, junto com o MC (mestre de cerimônia), o DJ e a arte em grafite.

A presidenta da Federação Gaúcha de Breaking, Claudiséia Santos – também conhecida como Céia –, acredita que a vitrine dos Jogos Olímpicos irá impulsionar a modalidade no estado. A poucos meses da Olimpíada, *b-boys* e *b-girls*, como são chamados seus praticantes, já sentem o legado olímpico no aumento da demanda por apresentações. “Acredito que realmente o *breaking* vai ter a possibilidade de um reconhecimento real da sua importância na cultura hip hop e dentro do âmbito olímpico”, afirma *b-girl* Céia, 42 anos, mandataria da FGBRS. “O legado que ficará da Olimpíada é a organização da modalidade em federações e a possibilidade da busca de políticas públicas de fomento também através das leis de incentivo ao esporte”, explica Céia.

O Rio Grande do Sul será o primeiro estado brasileiro a ter um espaço público de treinamento e escolinha de *breaking*. A Federação Gaúcha está recebendo da prefeitura de Porto Alegre a cédência, por tempo indeterminado, de um espaço que está se transformando em uma Casa de Cultura e economia solidária, sendo um lugar para a comunidade encontrar acolhimento, representatividade e atividades que unem arte, esporte e geração de emprego. “Será o Pavilhão Eco Sustentável da cultura hip hop e dos esportes radicais, no distrito industrial da

Restinga, onde desenvolveremos uma escolinha de *breaking*, mas também outras modalidades esportivas, oficinas de arte e atividades profissionalizantes”, explica Céia. “Estamos aguardando também uma emenda parlamentar de R\$ 160 mil da deputada Reginete Bispo (PT) para iniciar as oficinas e as aulas do projeto ainda neste semestre”, conclui Céia, que, em 2012, no Chile, foi a primeira representante do *breaking* brasileiro em competição internacional.

A Seleção Brasileira não tem nenhum atleta do Rio Grande do Sul, mas o técnico Vinícius Manzon Reis, de 35 anos, o *b-boy* Books, é gaúcho de Santa Maria. “Acredito que o maior benefício que a Olimpíada trará será a visibilidade e o potencial de quebrar o estigma associado ao *breaking* por ser parte de uma cultura periférica”, acredita Books. “Embora seja essencialmente uma expressão cultural e artística, com ênfase na dança, essa nova visão esportiva traz uma nova forma de viver para os competidores e as pessoas envolvidas nessa cultura, com mais dignidade, respeito e, certamente, maior reconhecimento, uma vez que agora é um esporte olímpico”, acrescenta o técnico.

Em relação às possibilidades de representantes brasileiros nas disputas do *breaking* em Paris, Books explica que, no ano passado, seis atletas (3 *B-boys* e 3 *B-girls*) estavam na disputa pela pontuação olímpica, mas no momento apenas Leony Pinheiro segue com boas chances de obter classificação. O profissional de

Santa Maria desenvolve o projeto Protocolo N6S, o qual visa treinar fisicamente dançarinos/atletas, seja para as Olimpíadas ou competições culturais. “Atualmente, o projeto conta com 200 atletas de todo o Brasil, com orientações de treinos técnicos, físicos e táticos”, explica Reis, acrescentando que o programa é totalmente gratuito. “Seremos vistos agora como atletas nos traz um grande reconhecimento e respeito em relação ao nosso treinamento diário”, conclui o técnico da Seleção Brasileira.

No extremo sul de Porto Alegre, o Grupo Restinga Crew desenvolve, há 22 anos, um projeto social de *breaking* com crianças e jovens da comunidade. O grupo é referência na dança periférica de rua que virou esporte olímpico, com convites para apresentações frequentes em todo o estado e cinco Prêmios Açorianos de Dança. Nos fundos da sua casa no bairro Restinga, Júlio Cesar Oliveira, o *b-boy* Julinho, tem um estúdio onde ministra aulas e atividades para mais de 40 crianças e jovens da comunidade. A dança é a ferramenta que ele utiliza para transformar a realidade de jovens da comunidade em um trabalho social e artístico que não existiria se não fosse a sua persistência.

“As dificuldades já foram maiores e ter uma sede própria ajudou muito”, reconhece, entre uma dança e outra, o incansável Julinho, que está otimista quanto ao crescimento da modalidade como reflexo da inclusão no programa olímpico. “A repercussão deve aumentar, mas a forma e as



O Grupo Restinga Crew desenvolve, há 22 anos, um projeto social de *breaking* com crianças e jovens da comunidade

regras do *breaking* não mudaram com a oficialização como esporte olímpico”, explica. Mais do que esporte, dança, arte ou cultura, Julinho entende que o *breaking* é uma questão de transformação social. “Primeiro, ele transformou a minha vida, pois me criei numa comunidade periférica onde a realidade é muito próxima com a criminalidade, o tráfico e a dificuldade social e financeira”, afirma o idealizador do projeto. “O *breaking*, junto com a cultura hip hop, me direcionou, pois foi uma transformação e um lazer que me ocuparam para eu não me perder”, lembra o arte-educador de 38 anos. “Depois, virou trabalho e uma ferramenta para ajudar a minha comunidade”, acrescenta, olhando para os jovens treinando em seu estúdio.

A diretora administrativa do Restinga Crew, Yanka Carvalho, 27 anos, espera que a presença nos Jogos Olímpicos fomenta mais projetos e financiamentos para a modalidade. Ela acredita que “a cultura hip hop precisa se profissionalizar e buscar conhecimento”. O grupo da Restinga está atrás de recursos com cachês de apresentações e verbas públicas através de projetos nas leis de incentivo para desenvolver as atividades. “Fiz o curso de produção cultural do projeto Restinga Mais e aplico esses conhecimentos em prol dos nossos projetos”, conclui Yanka. Aos 20 anos, a *b-girl* e bai-

larina Alexia Palma da Mota concorda, pois, segundo ela, “o artista precisa se qualificar e buscar informações para ser valorizado”.

Grafito profissional, Jonilson da Silva Santos, o Tody, de 28 anos, ainda vê preconceitos em relação à modalidade. “Comecei a dançar aos 14 anos na minha cidade. Vim para Porto Alegre para crescer no *breaking* e acho que está mudando a visão das pessoas, pois agora somos atletas”, afirma Tody. Ele realizava um projeto de inclusão social através do *breaking* em Igrejinha, mas optou pela mudança para a capital gaúcha, onde acredita que há mais oportunidades para o desenvolvimento da cultura hip hop. “A gente precisa de apoio e mais recursos para treinos e campeonatos, mas agora acredito que vá melhorar”, conclui.

O Restinga Crew também é uma porta de esperança para Klaiton da Silva Leria, de 17 anos. Ele sonhava em ser jogador de futebol, mas, após algumas frustrações no “esporte das multidões”, encontrou amparo no *breaking*. “Sempre quis ser jogador de futebol, mas faltaram oportunidades e acabei chegando ao grupo por indicação de um primo”, conta o ex-atleta das categorias de base do Esporte Clube São José. “Estou feliz. Isso aqui é uma bênção, pois eu era muito revoltado pela falta de oportunidades e aqui encontrei uma família”, alegra-se Klaiton.



O Restinga Crew é referência na dança periférica de rua, que virou esporte olímpico, com convites para apresentações frequentes em todo o estado, e cinco Prêmios Açorianos de Dança

Arte⁺

por Gilberto Blume

Foto: Igor Spentto

A Galeria Ecarta chega em março de 2024 dando continuidade aos conceitos que defendeu na virada do ano, quando exibiu exposições populares e transgressoras de ceramistas, feministas e artistas trans. Agora, renova sua vocação e será novamente palco contemporâneo e experimental trazendo Zé Darcí.

Com pinturas de Zé Darcí, *O passado não é mais o que era* estará em cartaz entre 5 de março e 7 de abril, sob curadoria do artista visual e coordenador da Galeria Ecarta, André Venzon.

Zé Darcí representa em sua arte o negro gaúcho. Relê fatos históricos, religiosos, culturais, sociais e políticos em pinturas que não excluem cor alguma da paleta. Suas criaturas negras são coloridas. Na Ecarta, o público poderá ver mais de 50 telas, entre elas os 13 quadros que compõem a série "Heroísmo Farroupilha", em que aborda, à própria maneira, a bravura dos Lanceiros Negros, sabidamente traídos e massacrados na Batalha dos Porongos (1844).

A Galeria também irá exibir a inédita série de 12 orixás, pintada entre janeiro e fevereiro deste ano em acrílico sobre papel. Os orixás de Zé Darcí são uma poderosa e eficiente introdução para alcançarmos o significado da busca do artista pela ancestralidade, pela história, pela espiritualidade.

A mostra é completada com paisagens, críticas sociais e reivindicações de soluções ao êxodo rural, entre outras temáticas assíduas nas cerca de 250 telas que já assinou.

"Os quadros de Zé Darcí são muito densos, não têm uma solução simples, tanto em termos técnicos como poéticos", descreve Venzon.

O artista nasceu, mora e pinta nos longes de Arroio Grande, no sul do RS, a cerca de 350 quilôme-

Zé Darcí retrata a negritude em suas telas

tros de Porto Alegre. Autodidata, míope e artista temporão (começou a pintar em 2000, aos 40 anos de idade), ele está cada vez mais presente na cena gaúcha, notadamente em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Seu trabalho conquistou o Margs após a coletiva *Presença negra*, em 2022, mostra que ele

abriu com "Bará". Após a exposição, o Museu adquiriu "Caminhando para o Futuro", de 2006, e incorporou-a ao próprio acervo. Zé Darcí também tem obras no acervo do Museu de Arte Contemporânea do RS (Macrs), entre outros endereços-referência.

Algumas obras do artista estão à venda na Galeria Ecarta.

Quem é Zé Darcí

José Darcí Gonçalves ingressou na Travessa Rua dos Cataventos às 14h da sexta-feira, 16 de fevereiro, hora exata da entrevista que marcáramos. Garoava, fazia 20 graus, dia cinzento. Mesmo sob essas condições, ele veio ao centro de Porto Alegre a pé a partir do Sindicato

dos Servidores do Daer, na Cidade Baixa, onde geralmente se hospeda na capital. De pronto, vê-se que José Darcí é homem assumidamente simples ("Vim de uma família simples. Não sei ser o que não sou"). Naquela sexta, arrastava chinelos havaianas, vestia bermuda jeans, camiseta



Foto: Reprodução

Surge o artista

Aí brota Zé Darcí artista, o pintor que dá cor ao cotidiano das pretas e dos pretos do Rio Grande do Sul. Ele se ilumina ao falar da sua arte e enumerar conquistas obtidas na ainda curta carreira. Desenhista desde guri, Zé Darcí começou a pintar apenas no início dos 2000, ao ingressar em um

curso do Senac, incentivado por amigos e colegas do Daer, onde se aposentou em 2017.

"Eu não pintava nada disso que pinto hoje. Eu desenhava naturezas mortas, sempre a lápis, sem cor. Jamais imaginei que meu trabalho tivesse tamanha relevância em minha vida."

Luz é vida

Zé Darcí não para. Natural e estabelecido em Arroio Grande, onde mora com a esposa e duas filhas, o artista vem à capital gaúcha com frequência.

"Venho bastante a Porto Alegre, e estou sentindo que vou vir muito mais. Me sinto quase porto-alegrense", entrega.

Na capital, está envolvido com coletivos de artista, feiras, exposições. Também vai habitualmente a Rio Grande e Pelotas, todas cidades em que mantém relações afetivas e profissionais cada vez mais intensas.

"Pelotas é a minha referência cultural. Nossa região (Sul) é muito rica, encontrei a fonte da minha vida", conta. Na cidade natal, batalha para concretizar um sonho am-

bicioso, a criação do Ateliê da Laje, espaço multicultural que vai abrigar artistas, pessoas com deficiência, idosos e toda sorte de criadores e criaturas admiradoras de arte.

As boas-novas vêm aos borbotões. No dia 23 de fevereiro, uma semana após a conversa que travamos em Porto Alegre, Zé Darcí celebrou em sua conta no Instagram @zedarciartista: "Hoje recebi os documentos. Oficialmente, o Ateliê da Laje se tornou instituto. Recebemos o CNPJ da Receita Federal. Quero fazer do Ateliê um polo de turismo e cultura", avisa Zé Darcí.

A tarde cinzenta avança, o artista olha pelos janelões da CCMQ pelas lentes dos óculos (grau 13 de miopia) e decreta: "Para mim, luz é vida".



Foto: Reprodução

polo e uma jaqueta fina para aparar o chuvisco. No rosto, óculos fundo de garrafa. Às costas, uma mochila pesando 3,3 quilos. Sob o braço, uma pasta contendo um calhamaço de cópias de trabalhos com 5,1 quilos. Aos 63 anos, José Darcí mede 1,57 metro e pesa 61 quilos.

Esse José Darcí franzino, sobrecarregado e simples que se invisibiliza no vaivém da Rua da Praia cresce – e cresce muito – quando sentamos no mezanino da Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) para conversar. Na Casa de Cultura, ele está em casa.

Serviço

Pinturas de Zé Darcí – *O passado não é mais o que era*
Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, bairro Farroupilha, Porto Alegre)
Até 7 de abril, de terça a domingo, das 10h às 18h (inclusive nos feriados)
Entrada franca

Zé Darcí representa em sua arte o negro gaúcho e relê fatos históricos, religiosos, culturais, sociais e políticos



FRAGA

Guaracis

Além dos guaracis bípedes e desemplumados, há guaracis de quatro patas e também de duas asas

Todos os anos surgem, aqui e ali, uns quantos guaracis. Na terra, na água, nas matas, no ar.

Para mim, a safra de guaracis mais significativa foi a de 1946. Há documentos na Santa Casa de Porto Alegre que provam isso. Tudo indica que são da espécie humana.

Igual aos darcis e às darcis e às jacis e aos jacis, os guaracis e as guaracis podem ser tanto machos como fêmeas. Além desses dois gêneros, agora vieram os transgêneros, que podem mudar de macho para fêmea, e vice-versa. Se houver suficientes héteros de boa vontade neste mundo, há espaço de sobra para todos.

Além dos guaracis bípedes e desemplumados, há guaracis de quatro patas e também de duas asas. Como os quatis e os saguis, os guaracis vivem em bando. Presume-se que estejam há milhões de anos nas matas da América Latina. De natureza arredia, nunca permitiram ser estudados e classificados por biólogos. Daí pouco vistos e mal conhecidos. Sabe-se que são capazes de exalar cheiros diferentes, um mimetismo olorífero que confunde o olfato dos estudiosos. O bom disso é que escapam à pesquisa e assim, graças às suas versáteis axilas, jamais houve um guaraci em algum zoo.

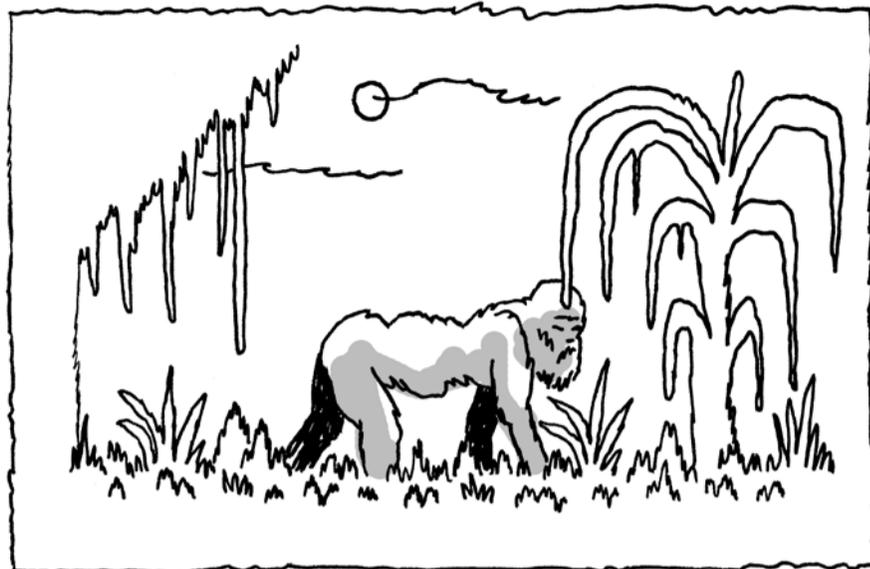


Ilustração: Rafael Sica

Quanto aos guaracis alados, não piam, só espiam. É sabido que uma árvore silenciosa na mata pode ser o habitat de guaracis. Seus ninhos até hoje não foram encontrados, sinal que desconhecem o verbo nidificar (que muitos guaracis bípedes também não conhecem). Talvez se aninhem, cuja declinação é mais fácil.

Há guaracis aquáticos, alguns até frequentam piscinas olímpicas. Claro que são bípedes e suas nadadeiras são de silicone. Já os verdadeiros guaracis de água doce (não resistem ao cloro), supõe-se que vivam em riachos e riosinhos. Sua aparência é um truque para sobreviver: parece um graveto submerso e geralmente fica encostado em gravetos no fundo. Por ser tosco, está a salvo dos aquários.

Por fim, guaraci também denomina um vegetal. Dizem que é um tipo de arbusto. Como a taquara, só floresce de décadas em décadas, mas não se sabe quantas. Você já viu algum ikebana com flores de guaraci? Puizé. E diferente do capuaçu e do açai, frutas com gosto de cedilha, o guaraci em vez de suculento se apressa em não ser.

O maior guaraci conhecido em nosso universo é o Sol, assim como a Lua é a mais famosa jaci no firmamento. Confirme com quaisquer indígenas do nosso Brasil.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





VERISSIMO

*Republicação.

A Mulher do Vizinho

*Mas chegaram, não ao orgasmo simultâneo
"Com ele isto nunca aconteceu, com ele é
o contrário!", mas à porta*

Sérgio abriu a porta e era a mulher do vizinho. A fantástica mulher do vizinho. A fantástica mulher do vizinho dizendo "Oi". A fantástica mulher do vizinho perguntando, depois do "Oi", se podia pegar uma toalha que tinha voado da sacada deles. "Sabe, o vento"

— para a sacada dele.

— Entre, entre, disse o Sérgio, checando, rapidamente, com a mão, se sua braguilha não estava aberta. Morava sozinho, às vezes se descuidava dessas coisas.

Ela começou a entrar, mas parou. Ficou como que paralisada, só os olhos se mexendo. Os grandes olhos verdes e arregalados indo de um lado para o outro.

— Ih – disse a mulher do vizinho. – Surtei.

— Que foi? – perguntou Sérgio, já pensando em como socorrê-la ("Vamos ter de desamarrar esse bustiê"), já pensando em ambulância, hospital, confusão, mal-entendido com o vizinho...

Mas ela explicou:

— O seu apartamento é exatamente o oposto do nosso. Preciso me acostumar...

Ela entrou devagarinho. Como se, além de ser o avesso do seu, o apartamento do Sérgio pudesse conter outras surpresas. O chão podia estar no teto e o teto no chão.

— Que coisa! – disse a mulher do vizinho, passando por Sérgio e parando no meio da sala.

Exatamente o que Sérgio tinha pensado ao ver que sobrava um pouco de nádega onde acabava o shortinho da mulher do vizinho. No caso, que coisas!

— Você quer sentar?

— Como?

— Até se orientar...

Ela sentou-se, ainda maravilhada.

— Nossa televisão também fica ali, só que ao contrário! Ele tentou acalmá-la.

— Você quer um copo d'água?

— Você é solteiro?

— Sou.

— Meu marido é casado. Aliás, comigo. Viu só?

— O quê?

— É tudo ao contrário!

— É. Eu...

— Palmeiras ou Corinthians?

— Corinthians.

— Ele é Palmeiras!

— Puxa.

— Destro ou canhoto?

— Destro.

— Meu marido é canhoto!

— E você?

— Eu o quê?

— Palmeiras ou Corinthians? Destra ou canhota?

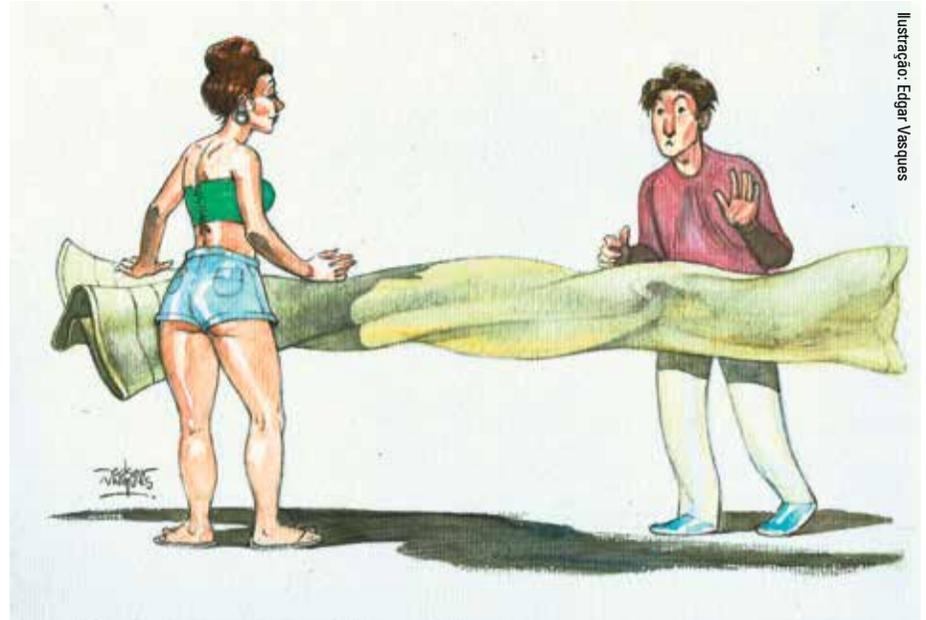


Ilustração: Edgar Vasques

Ela tinha se levantado e estava andando pela sala. Cuidadosamente, até se acostumar com tudo ao contrário. Disse:

— Não dou muita importância para essas coisas.

Foi nesse momento que Sérgio se apaixonou pela mulher do vizinho. Os grandes olhos verdes tinham ajudado, claro. Os nacos de nádega sobrando do shortinho também. As coxas longas, sem dúvida. O "erre" meio carregado (ela dissera "Palmeirras" e Corinthians", em alemão) contribuíra. Mas Sérgio se apaixonou pela mulher do vizinho quando ela declarou que não dava muita importância para essas coisas, times de futebol, ser destro ou canhoto...

Ficou esperando que ela dissesse "Isso é coisa de homem" para se atirar aos seus pés e beijá-los, mas ela não disse. Ela conseguiu chegar até a sacada, apesar de desorientada, e apanhar a toalha. Mas quando se virou para reentrar na sala, ficou paralisada outra vez. Ficou em pânico.

— Ai meu Deus!

— O que foi?

— A porta da rua. Onde fica a porta da rua?

— É aquela ali.

— Ai meu Deus! Eu não consigo me orientar.

— Pense no meu apartamento como o seu apartamento visto no espelho. À esquerda fica na direita e a direita...

— Por favor: esquerda e direita não, senão complica ainda mais!

Ele foi buscá-la. Ele foi salvá-la da sua confusão. Ele enlaçou sua cintura com um abraço, segurou a sua mão e começou a acompanhá-la até a porta, como se dançassem um minueto. Pensou em dizer que também estava desorientado (o amor, o amor) e levá-la para o seu quarto, para a sua cama. Imaginou-se tendo dificuldade para desamarrar o bustiê, os dois chegando à conclusão que no apartamento dele o bustiê deveria ser desamarrado ao contrário, depois desistindo de desamarrar o bustiê e se amando. O bustiê arrancado. O shortinho arrancado. E a mulher do vizinho, como se não bastassem o "erre" um pouco carregado e tudo mais, revelando que não usava calcinha. E dizendo que ele era tudo que o vizinho não era. Que ele era o oposto do vizinho em tudo. Em tudo!

Mas chegaram, não ao orgasmo simultâneo ("Com ele isto nunca aconteceu, com ele é o contrário!"), mas à porta. Ela agradeceu, se despediu e já ia saindo, levando a sua toalha, e todas as esperanças do Sérgio, quando se virou, deu outra passada de grandes olhos verdes pelo apartamento, e disse:

— Preciso voltar aqui.

— Para se acostumar – disse Sérgio.

— É – disse ela. E sorriu.

Ainda por cima, ela sorria!

Somos especialistas em você

e estamos em negociação coletiva com os sindicatos patronais.

Pela VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL na educação infantil, contra a SOBRECARGA DE TRABALHO não remunerada gerada pela necessária INCLUSÃO na educação básica, pela EMPREGABILIDADE na educação superior, pela LIBERDADE PARA ENSINAR e por MELHORES SALÁRIOS para todos os professores e professoras, entre outros temas.

Participe acompanhando o andamento das reuniões pelos canais de comunicação do Sindicato e leve o debate para os locais de trabalho.

Sabemos bem o que queremos, mas precisamos fazer isso juntos.

 extraclasse.org.br

 sinprors.org.br

 App Sinpro/RS

 @sinproRS

 @sinprors

 @sinproRS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão